



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**  
**MESTRADO EM PSICOLOGIA**

**NICKOLAS MICHAEL ÁVILA BASTOS**

**HOMOFOBIA, FERENCZI E A DIMENSÃO SOCIAL DO TRAUMA**

**FORTALEZA**

**2024**

**NICKOLAS MICHAEL ÁVILA BASTOS**

**HOMOFOBIA, FERENCZI E A DIMENSÃO SOCIAL DO TRAUMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Linha de Pesquisa: Teorias e Práticas da Psicanálise.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vlândia Jamile dos Santos Jucá.

**FORTALEZA**

**2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

B329h Bastos, Nickolas.

Homofobia, Ferenczi e a dimensão social do trauma / Nickolas Bastos. – 2025.  
100 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de PósGraduação em Psicologia, Fortaleza, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Vlândia Jamile dos Santos Jucá.

1. Trauma social. 2. Sándor Ferenczi. 3. desmentido. 4. homofobia. 5. psicanálise. I. Título.

CDD 150

---

NICKOLAS MICHAEL ÁVILA BASTOS

HOMOFOBIA, FERENCZI E A DIMENSÃO SOCIAL DO TRAUMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Linha de Pesquisa: Teorias e Práticas da Psicanálise.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vlândia Jamile dos Santos Jucá.

Aprovada em: 23/05/2025

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Vlândia Jamile dos Santos Jucá (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Karla Patrícia Holanda Martins (Examinadora Interna)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Sergio Gomes da Silva (Examinador Externo à Instituição)

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

## **Agradecimento**

Agradeço aos meus pais, Paulo e Ivonete, que sempre apoiaram minhas decisões educacionais e acreditaram em mim quando nem eu mesmo acreditava.

À minha orientadora, Vlândia Jucá, que apostou nas minhas ideias iniciais para a pesquisa e, principalmente, no processo de mudança de tema. Seu conhecimento, sensibilidade e acolhimento foram indispensáveis durante esse processo.

Aos professores Karla Martins, Sérgio Gomes e Luis Augusto, que, seja na banca de qualificação ou na defesa, contribuíram grandemente para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao meu namorado, Jordan Caetano, por todo o seu apoio desde os momentos iniciais da seleção, por ter me acompanhado de perto e vivenciado junto comigo os desafios do processo de escrita.

Aos meus amigos que sempre me apoiaram e acreditaram em mim: Isabel, Michele, Alana, Ingrid Santos, Ingrid Brandão, Cristiane, Ehtoni, Rayane, Vanessa, Rosemeire e, especialmente, Wederson Gomes, que sempre me instigava, ano após ano, a me inscrever para a seleção de mestrado. Obrigado pelo “empurrão”, amigo!

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), por ter subsidiado financeiramente uma bolsa de estudos de mestrado para que esta pesquisa fosse realizada.

Aos meus pacientes da clínica e aos jovens acolhidos na República, que me ajudaram a escutar seus sofrimentos e também os meus. Ao Marcelo, que também me ajudou nessa caminhada.

A todas as pessoas dissidentes que vieram antes de mim e lutaram para que eu possa me apresentar como um homem gay hoje.

A todos aqueles que contribuíram de forma indireta para o desenvolvimento desta pesquisa, muito obrigado!

## RESUMO

Este estudo investiga os impactos da homofobia no psiquismo por meio da teoria do trauma de Sándor Ferenczi, em sua dimensão social. Homofobia, termo cunhado em 1977, refere-se a emoções negativas como aversão e ódio contra pessoas homoeróticas e, por extensão, a todos que manifestem orientação sexual ou identidade de gênero diferente dos padrões heterossexuais aceitos como normativos. Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando a teoria do trauma de Sándor Ferenczi para compreender os impactos da homofobia e sua dimensão social. A pesquisa estabelece uma interlocução interdisciplinar entre psicanálise e ciências sociais, seguindo a perspectiva de psicanálise implicada, conforme proposta por Rosa (2013). A análise busca expandir a compreensão do trauma para além do sofrimento individual, considerando as influências sociais e políticas, como evidenciado nas contribuições de Ferenczi sobre a micropolítica e as relações de poder. A pesquisa também se baseia em estudos recentes de psicanalistas brasileiros que aplicam as ideias de Ferenczi para refletir sobre questões sociais contemporâneas. Conclui-se que o sofrimento gerado pela homofobia não pode ser explicado apenas de forma intrapsíquica. A escuta clínica deve considerar os efeitos dos desmentidos sociais sobre os corpos e subjetividades daqueles que estão à margem da norma. A teoria de Ferenczi, ao valorizar o reconhecimento da dor do outro, oferece uma abordagem clínica ética e sensível, essencial para evitar retraumatizações. Além disso, suas contribuições propõem uma ética do cuidado, relevante em contextos como saúde, educação e assistência social, destacando a importância das relações humanas e a insensibilidade social no desmentido das experiências de violência.

**Palavras-chave:** trauma social; Sándor Ferenczi; desmentido; homofobia; psicanálise.

## ABSTRACT

This study investigates the impacts of homophobia on the psyche through Sándor Ferenczi's trauma theory, with a focus on its social dimension. Homophobia, a term coined in 1977, refers to negative emotions such as aversion and hatred toward homoerotic individuals and, by extension, to all those who express sexual orientation or gender identity different from the heteronormative standards. This research adopts a qualitative approach, using Ferenczi's trauma theory to understand the impacts of homophobia and its social dimension. The research establishes an interdisciplinary dialogue between psychoanalysis and social sciences, following the perspective of implicated psychoanalysis, as proposed by Rosa (2013). The analysis seeks to expand the understanding of trauma beyond individual suffering, considering the social and political influences, as evidenced in Ferenczi's contributions on micropolitics and power relations. The study also draws on recent works by Brazilian psychoanalysts who apply Ferenczi's ideas to reflect on contemporary social issues. It concludes that the suffering caused by homophobia cannot be explained solely in an intrapsychic manner. Clinical listening should consider the effects of social denial on the bodies and subjectivities of those who deviate from the norm. Ferenczi's theory, by valuing the recognition of the other's pain, offers an ethical and sensitive clinical approach, essential to prevent retraumatization. Furthermore, his contributions propose an ethics of care, relevant in contexts such as healthcare, education, and social services, emphasizing the importance of human relationships and social insensitivity in the denial of violence experiences.

**Keywords:** social trauma; Sándor Ferenczi; denial; homophobia; psychoanalysis.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 MÉTODO .....	13
3 HETERONORMATIVIDADE, HOMOFOBIA E PSICANÁLISE.....	16
3.1 A construção do homossexual .....	16
3.2 Sándor Ferenczi, o homoerotismo e a experiência gay na clínica psicanalítica.....	35
4 A DIMENSÃO SOCIAL DO TRAUMA NA HOMOFOBIA A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE SÁNDOR FERENCZI .....	50
4.1 O traumático para Sándor Ferenczi .....	50
4.2 Ferenczi e a dimensão social do trauma: hipocrisia e desmentido na homofobia.....	60
4.3 Testemunho e reconhecimento .....	71
5 HETERONORMATIVIDADE E ADOLESCÊNCIA .....	76
5.1 O filme “Close” e a incidência da heteronormatividade nos corpos e subjetividades adolescentes.....	76
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	93
REFERÊNCIAS .....	96



## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende investigar os impactos da homofobia através da noção de trauma para Sándor Ferenczi, em sua dimensão social. A construção deste objeto de pesquisa surge das minhas inquietações diante de relatos de sofrimento gerado por homofobia, que ouvi tanto no contexto clínico quanto como psicólogo em serviços socioassistenciais. Em ambos os espaços, percebi que esse sofrimento se manifesta de maneira intensa e atravessa relações familiares, sociais e políticas, trazendo à tona a violência que se esconde por trás dessas experiências.

Além disso, minha vivência pessoal como homem gay também contribui para essa investigação. As experiências que compartilho com outros homens gays têm sido essenciais para compreender o impacto da homofobia na construção das subjetividades, e como esse sofrimento se reflete no cotidiano dos indivíduos, seja na clínica, seja na vida social.

O termo homofobia, que, segundo Borrillo (2010), foi utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos em 1977, é frequentemente empregado para descrever emoções negativas como aversão, desprezo, ódio ou medo em relação a pessoas homossexuais. Pouco a pouco, o termo também passou a ser usado para descrever esse conjunto de emoções negativas dirigidas a outras formas de sexualidade e identidade representadas no acrônimo LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, assexuais e intersexuais, com o sinal de “+” para reconhecer identidades de gênero e orientações sexuais ilimitadas), utilizado para identificar grupos de pessoas que não se enquadram na heteronormatividade.

Borrillo (2010) aponta que, assim como o sexismo, que hierarquiza as relações entre homens e mulheres, na homofobia isso se manifesta a partir da ideia de que o heterossexual é referenciado como modelo social, e o que se distancia disso é diminuído. Para ele, a homofobia, assim como a xenofobia, o racismo e o antissemitismo, é uma manifestação que consiste em designar o outro como inferior, contrário e anormal, a partir da supremacia da

naturalidade da heterossexualidade.

Para Prado (2010), é importante que a homofobia não seja compreendida apenas a partir dessa perspectiva, pois isso reduz sua amplitude, limitando as possibilidades de enfrentamento, que seriam “somente a partir de medidas voltadas a minimizar os efeitos de sentimentos e atitudes de ‘indivíduos’ ou de ‘grupos homofóbicos’, deixando de lado as instituições sociais que nada teriam a ver com isso” (p. 7).

Assim, após questionamentos e ressignificações, a homofobia passou a ser compreendida também como um dispositivo de vigilância das fronteiras de gênero, atingindo todas as pessoas, independentemente da orientação sexual, mas com diferentes graus e modalidades. Com isso, o assunto sai da esfera estritamente individual e psicológica e adentra uma dimensão social e política, considerando que instituições se revelam como potenciais espaços de produção e reprodução de discursos, valores e práticas homofóbicas (Prado, 2010).

No Brasil, a homofobia foi criminalizada em 2019, com base na Lei do Racismo nº 7.716/1989. Dessa forma, a discriminação por homofobia e transfobia passou a ser considerada crime de racismo, sujeita às mesmas penas previstas nessa lei. Trata-se de uma forma de garantir a proteção dos direitos de pessoas LGBTQIA+ enquanto não há uma legislação específica. Há um déficit, no Brasil, acerca da dimensão desse tipo de violência, devido à falta de estatísticas oficiais, ficando, assim, a cargo de Organizações Não Governamentais (ONGs) a tentativa de coletar e apresentar esses dados.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil teve um aumento de mais de 50% nos registros de crimes de racismo e homofobia em 2022. Levantamento feito pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) aponta que, no mesmo ano, pelo menos 256 lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros foram vítimas de morte violenta, totalizando, assim, uma morte a cada 27 horas. De acordo com a edição de 2023 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o Ceará foi o estado com o maior número de mortes violentas contra pessoas

LGBTQIA+, com 32 homicídios registrados em 2022. Esses números alarmantes apontam para a necessidade de constante debate e de estratégias eficazes de enfrentamento à homofobia.

Costa (1992) sugere o termo *homoerotismo*, tomado de Ferenczi e que teve o assentimento de Freud, no lugar de *homossexualidade*, pois o termo “homossexual” carrega um sentido que desqualifica moralmente esses grupos de pessoas. Isso se deve à sua invenção, no século XIX, por meio de um discurso médico que tomou as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo como sinal de anormalidade ou perversão. Segundo o autor, denominar alguém como homossexual seria definir a identidade da pessoa a partir de um rótulo baseado em suas preferências sexuais — o que não ocorre com os heterossexuais, que são, normalmente, referidos por outras nomenclaturas, como suas profissões.

Atualmente, com o aumento significativo dos debates sobre temas relacionados à diversidade sexual, que acontecem não apenas nas escolas, mas também nas redes sociais e até mesmo em programas de televisão, tornou-se mais comum que as pessoas se familiarizem com termos como gays, lésbicas, transsexuais e com a própria sigla LGBTQ+. Isso reflete um processo de maior visibilidade que, mesmo com todas as suas limitações, contribui para uma ampliação da aceitação e da compreensão. No entanto, é importante observar que ainda há indivíduos que, apesar dos avanços, continuam a utilizar o termo “homossexual” de maneira que remete a um sentido antiquado ou até pejorativo, como se estivessem se referindo a algo incomum ou até mesmo estranho, como um bicho, num tom que reforça a noção de anormalidade.

Esse fenômeno é um reflexo da persistente resistência à mudança em muitos segmentos da sociedade, onde a construção de estereótipos em torno das sexualidades não heteronormativas ainda carrega um peso muito grande. Em parte, isso se deve à falta de informação ou ao reforço de visões conservadoras que não permitem que essas questões sejam

tratadas com a mesma naturalidade de outras formas de diversidade humana.

Outro aspecto relevante e profundamente importante a ser destacado quando tratamos da homofobia é que, frequentemente, ela se origina no ambiente familiar. A família, como primeira instituição social, tem um papel fundamental na formação das identidades, e muitas vezes espera que o bebê recém-nascido, designado pelo sexo biológico masculino, se enquadre nas expectativas e padrões de masculinidade que predominam em nossa sociedade. Esse modelo hegemônico é claro: o homem cisgênero, heterossexual, que se ajusta a um ideal normativo de comportamento e de relações afetivas.

Quando, por algum motivo, há uma ruptura ou um desvio desse padrão, como ocorre com pessoas que se identificam com o homoerotismo, por exemplo, a consequência imediata muitas vezes é o conflito familiar, que pode resultar em violência verbal, emocional ou até física. A citação de Jair Bolsonaro, ex-Presidente da República, feita em uma entrevista à revista *Playboy* em 2011, ilustra o tipo de discurso extremamente prejudicial que pode ser ouvido dentro do seio familiar. Ele afirmou: “Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo.”

A violência verbal e a total falta de empatia expressas nesse tipo de declaração são devastadoras e criam um ambiente de medo e de exclusão, algo que pode gerar um impacto psicológico profundo nos indivíduos que são vítimas desse tipo de discurso. Contudo, a homofobia não se manifesta apenas por meio de falas explícitas de ódio ou intolerância, como as citadas acima. Muitas vezes, ela se manifesta de maneira mais sutil e disfarçada.

Ao contrário daqueles que expressam a homofobia através de xingamentos abertos e ofensas diretas, há uma outra forma de violência que se dá no silêncio, na negação e no distanciamento. Quando um comportamento que foge das normas heterossexuais é percebido em um membro da família, os familiares podem optar por silenciar o indivíduo, ignorando

suas experiências e sentimentos, como se esses não fossem importantes. Em muitas situações cotidianas, como os encontros familiares, é comum que não se perguntem sobre a vida afetiva do indivíduo, pois essa informação é vista como irrelevante ou incômoda.

Em vez de mostrar interesse genuíno, a pergunta “e as namoradinhas?” se torna uma forma de tratar o outro como uma exceção à norma, reafirmando a ideia de que o que é diferente não deve ser considerado ou aceito. Esse distanciamento pode ser mais doloroso do que palavras agressivas, pois envolve uma invisibilização sistemática da pessoa. Não é, é claro, algo que ocorra em todas as famílias, mas muitos relatos mostram que essa forma de exclusão é uma realidade vivida por uma parte significativa da população LGBTQ+.

Além disso, é bastante raro encontrarmos relatos de pais que, ao receberem seu filho ou, mesmo antes do nascimento, durante a gestação, expressem o desejo de que o filho ou a filha se envolvam em relações afetivas não heterossexuais. Isso ocorre, conforme Butler (1990/2003) descreve, devido ao que ela chama de heterossexualidade compulsória, um sistema que rege a sexualidade humana com base na ideia de que a heterossexualidade é a única opção “natural” ou “normal”.

Qualquer coisa que se distancie dessa norma é considerada anormal, patológica e até mesmo abjeta. Esse processo de socialização forçada leva à internalização de que o desejo e a identidade não heterossexuais são inadequados, ou até mesmo errados. Como resultado, aqueles que se desviam da norma heterossexual frequentemente enfrentam uma série de violências, que vão desde agressões físicas e crimes de ódio até o suicídio. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Trevor Project, uma organização sem fins lucrativos voltada para a prevenção do suicídio entre jovens LGBTQIA+ dos Estados Unidos, adolescentes dessa população têm quatro vezes mais chances de tentar suicídio do que seus pares heterossexuais, um dado alarmante que reflete o impacto negativo da homofobia na saúde mental e emocional desses indivíduos.

Os números são alarmantes e as consequências subjetivas desse tipo de violência são inúmeras. Para debater sobre isso, apesar de homofobia não ser um termo psicanalítico, o psicanalista Sándor Ferenczi foi escolhido como autor para contribuir com essa discussão devido a sua importante contribuição sobre a teoria do trauma.

Citando uma cena em que um adulto abusa sexualmente de uma criança, o psicanalista húngaro indica que, apesar da violência presente na situação, o que faz essa experiência traumática se tornar patológica é o que pode ocorrer em um segundo momento. A criança, após sofrer a violência, busca um adulto de confiança para relatar o ocorrido, e este, duvidando da veracidade dos fatos e, muitas vezes, culpando e punindo a própria criança, descredita aquela experiência vivenciada. Para ele, é isso que torna o trauma destruturante: o desmentido (Ferenczi, 1933/2011).

Embora esse conceito tenha sido desenvolvido a partir de uma experiência de abuso sexual, a compreensão do desmentido como fundamento do trauma possibilita reflexões em sua dimensão social. Como aponta Gondar (2012), o trauma não se restringe a história em si, mas as relações de poder que são eminentemente sociais e políticas, em cujo exercício podemos encontrar diversas formas de violência.

Portanto, essa pesquisa pretende investigar a contribuição de Sándor Ferenczi para o entendimento dos impactos da homofobia, através da dimensão social do trauma. Assim, torna-se necessário uma interlocução entre psicanálise e ciências sociais para responder a seguinte pergunta de partida: Qual a contribuição de Sándor Ferenczi, a partir da teoria do trauma e sua dimensão social, para o entendimento dos impactos da homofobia?

Para o desenvolvimento da pesquisa, propomos os seguintes objetivos específicos:

a) Analisar como a dimensão social se faz presente na compreensão de trauma para Ferenczi;

b) Apresentar as discussões atuais acerca da homofobia e suas incidências sobre corpos e subjetividades;

c) Discutir como a dimensão social do trauma pode ser uma ferramenta importante para compreender o sofrimento psíquico derivado da homofobia.

Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa foi estruturada em três capítulos, conforme descrito a seguir:

O Capítulo 1 aborda a construção social da homossexualidade, analisando a heteronormatividade e sua contribuição para a homofobia. Além disso, são apresentados os escritos de Ferenczi sobre a homossexualidade e o debate sobre a clínica psicanalítica com dissidentes de gênero. No Capítulo 2, discutimos a dimensão social do trauma à luz da homofobia, com base nas contribuições de Sándor Ferenczi. A teoria do trauma do autor é abordada, relacionando-a a uma dimensão social do sofrimento psíquico causado pela marginalização e discriminação de pessoas LGBTQ+. O Capítulo 3 trata da heterossexualidade compulsória e suas consequências na adolescência, refletindo sobre essas questões a partir do filme *Close* (2022).

## 2 MÉTODO

Para Sampaio (2006), a pesquisa psicanalítica é uma pesquisa qualitativa. Portanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa que utiliza a teoria de Sándor Ferenczi sobre o trauma, a partir de sua dimensão social, para compreender os impactos da homofobia. Assim, torna-se necessária uma interlocução entre psicanálise e ciências sociais.

Essa interlocução entre psicanálise e ciências sociais já era de interesse de Freud desde a invenção da psicanálise. Apesar de seu interesse não ser suficiente para resolver os problemas epistemológicos colocados pela aplicação de uma ciência do sujeito singular à ciência do coletivo, Enriquez (2005, p.158) coloca que “A psicanálise não é apenas uma ciência da psique isolada, ela é concernida (pelo) e ela concerne diretamente ao social.” Ele continua com a seguinte observação: “O método da escrita das obras de sociológicas de Freud é coerente com a *démarche* adotada no tratamento, ele faz descobrir.” (Grifo do autor)

Para Enriquez (2005) a psicanálise não é uma ciência apenas da psique individual, mas também dos processos de identificação e das interações entre os indivíduos, estes que não existem fora do campo social. Para ele, em certos aspectos, “colocando de lado os processos puramente narcísicos irreduzíveis aos mecanismos sociais – as ciências sociais e a psicanálise têm o mesmo objeto: a criação e evolução do laço social.” (p.159)

Assim, a interlocução entre esses saberes implica em uma pesquisa interdisciplinar, que, segundo Almeida Filho (2005) implica na existência de um conjunto de disciplinas que estão conectadas de alguma maneira, como é o caso da psicanálise e ciências sociais. Essa interlocução que, como vimos, já era de interesse do próprio Freud, foi defendida por Rosa (2004) como uma psicanálise extramuros ou em extensão, mas, posteriormente, ela encontrou um termo que supera essa dicotomia: psicanálise implicada.

Para Rosa (2013) a psicanálise aplicada fora da clínica, antes conhecida como psicanálise em extensão ou psicanálise aplicada, deve ser considerada uma psicanálise



implicada, pois é constituída “pela escuta dos sujeitos situados precariamente no campo social que permite teorizações sobre os modos como são capturados e enredados pela maquinaria do poder” (p. 30) Trata-se de uma abordagem psicanalítica clínico-política, que propõe “sinalizar e intervir nas formas sutis de preconceitos de classe, de raça ou de gênero”(p. 31).

Desde Freud, a psicanálise não se restringia a clínica:

Na investigação dos processos mentais e das funções do intelecto, a psicanálise segue o seu próprio método específico. A aplicação desse método não está de modo algum confinada ao campo dos distúrbios psicológicos, mas estende-se também à solução de problemas da arte, da filosofia e da religião. Nessa direção já produziu diversos novos pontos de vista e deu valiosos esclarecimentos a temas como a história da literatura, a mitologia, a história das civilizações e a filosofia da religião. (Freud, 1919/1969, p.248)

Diferente de Freud, que é considerado um pensador do sofrimento social, cultural e político, Ferenczi costumava ser convocado apenas para debates do sofrimento individual, como se suas contribuições se restringissem a isso. Apesar de não ter se dedicado a publicações dessa temática, Ferenczi tratou delas de forma concreta, “nas crianças traumatizadas pela hipocrisia dos adultos, nos doentes mentais traumatizados pela hipocrisia social, nos pacientes traumatizados pela hipocrisia do analista” (Gondar, 2012, p. 195). Segundo a autora, Ferenczi foi um militante em sua juventude, dedicado a libertação da Hungria, e gradualmente seu interesse partiu para um campo que hoje é considerado micropolítica, sendo:

Cada vez menos as lutas pelo poder no plano do Estado e cada vez mais a denúncia do constrangimento da subjetividade pela família, pela sociedade – e, por que não? – pelo dispositivo clínico da psicanálise. Mais engajado nas causas sociais do que Freud, mais genuinamente preocupado com o sofrimento e mais sensível aos problemas

subjetivos vivenciados nos jogos de poder, Ferenczi produziu conceitos e inovações clínicas cujas implicações são simultaneamente políticas ou, mais rigorosamente, micropolíticas, como nos indica o filósofo Gilles Deleuze (1975): as questões com que a psicanálise se defronta são inevitavelmente políticas, mesmo quando surgem no seio de uma família, numa escola ou numa relação amorosa; trata-se sempre do quanto e do como o desejo pode se produzir e se expressar diante das injunções de assujeitamento. (Gondar, 2012, p. 195)

Considerando que a presente investigação busca compreender os impactos da homofobia a partir da teoria do trauma de Sándor Ferenczi em uma dimensão social, os textos escolhidos foram aqueles que oferecem elementos fundamentais para esse debate, como os artigos do autor a partir de 1928, onde encontra-se a sua teoria do trauma de forma mais consolidada.

O debate com as ciências sociais se deu, principalmente, a partir dos textos de Wittig (1978/2022), Butler (1990), Preciado (2022), que apresentam as problemáticas da heteronormatividade compulsória, e dos autores Eribon (2008) e Borrillo (2010), com ideias acerca da homofobia e experiência gay. Reconhecemos, no entanto, que a literatura sobre tais temas é extensa e diversa. Portanto, este recorte não pretende esgotar o campo, mas sim construir um caminho de leitura coerente com a proposta da pesquisa.

Há alguns anos, psicanalistas brasileiros (Gondar, (2012; 2022), Kupermann (2019), Pinheiro (1995), Reis (2020) e outros) vem desenvolvendo pesquisas que apontam a importância das ideias de Ferenczi para pensar questões sociais e políticas. Suas ideias têm sido consideradas essenciais para pensar questões da contemporaneidade e, por isso, escolhemos alguns desses autores para contribuir com o debate sobre a dimensão social do trauma.

### **3 HETERONORMATIVIDADE, HOMOFOBIA E PSICANÁLISE**

#### **3.1 A construção do homossexual**

A atração afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo sempre existiu em diversas partes do mundo e ao longo da história, e nem sempre foi considerada patológica ou resultado de um desvio moral. A Grécia Antiga e Roma Clássica são exemplos de cultura nas quais a relação entre homens era aceita. Na Grécia antiga, inclusive, essa relação era promovida na forma de pederastia, um tipo de transmissão de saberes e valores, integrante da passagem da juventude para a vida adulta, através da relação entre um homem mais velho e um adolescente. Apesar de não discriminarem os homens que se relacionavam com pessoas do mesmo sexo, desde que a relação envolvesse um mestre e um aprendiz, aqueles que apresentavam comportamentos considerados femininos, eram classificados como inferiores (Foucault, 1976)

Foucault (1984) aponta que, na Grécia Antiga, o amor pelos rapazes não era visto como um desejo desviante a ser condenado, mas como uma forma legítima de prazer, que deveria ser controlada e incorporada à formação ética do indivíduo. Essa prática, conhecida como amor pedagógico, articulava o cuidado de si e do outro, cabendo ao adulto não apenas conter seus próprios impulsos, mas também orientar o jovem para que se tornasse um homem virtuoso. Já entre os romanos, a moral sexual organizava-se menos pela proibição de atos específicos e mais pela posição assumida na relação: o prazer era aceito desde que o indivíduo ocupasse o lugar ativo, reforçando uma lógica de dominação e hierarquia nas relações sexuais.

Como Borrillo (2010) aponta:

A Grécia Antiga reconhecia oficialmente os amores masculinos; se as relações sexuais entre homens desempenhavam uma função iniciática, nem por isso tais ritos estavam desprovidos de desejo e prazer. Assim, impregnada por essa atmosfera de erotismo viril, a sociedade grega considerava a homossexualidade como legítima. Com efeito,

embora a relação entre o adolescente (eromenos) e o adulto (erastes) assumisse o caráter de uma preparação para a vida marital, os atos homossexuais usufruíam de verdadeiro reconhecimento social. O termo "pederastia" - do grego pais, paidós (menino) e éros, érotos (amor, paixão, desejo ardente) - implicava a afeição espiritual e sensual de um homem adulto por um menino. (Borrillo, 2010, p.45)

Segundo Borrillo (2010), além da pederastia, havia na Grécia antiga práticas homossexuais entre adultos, especialmente associadas ao contexto militar. Em alguns Estados gregos, era comum que amantes fossem colocados lado a lado durante as batalhas, com a expectativa de que o vínculo afetivo entre eles estimulasse atitudes heroicas. No entanto, o autor destaca que a pederastia era uma prática fortemente regulamentada e que indivíduos que se dedicavam exclusivamente a relações homossexuais formavam uma minoria marginalizada socialmente.

Na Roma Clásica, a homossexualidade era socialmente tolerada desde que respeitasse certos limites: não comprometer os deveres do cidadão para com a sociedade, não reduzir pessoas de classes inferiores à condição de objeto de prazer e, principalmente, evitar assumir um papel passivo nas relações com subordinados. Ainda assim, esperava-se que o cidadão romano se casasse, exercesse a autoridade de pater familias e garantisse os interesses econômicos e genealógicos da família. Na prática, apenas a bissexualidade ativa era plenamente aceita naquele contexto. (Borrillo, 2010)

Borrillo (2010) destaca que, embora as sociedades grega e romana fossem profundamente sexistas e misóginas, elas não desenvolveram o heterossexismo característico da tradição judaico-cristã. Nessas culturas, a pederastia ocupava um lugar central dentro da instituição familiar, conferindo às relações entre homens uma função social relevante. Tanto gregos quanto romanos viam como natural que os homens se relacionassem sexualmente tanto com outros homens quanto com mulheres, desde que mantivessem o papel ativo na relação. A

virilidade era, portanto, definida pela atividade sexual dominante, e as oposições entre “macho/fêmea” e “ativo/passivo” organizavam não apenas os papéis sexuais, mas também o acesso ao poder e a posição social de cada indivíduo, de acordo com seu gênero e sua classe.

A homofobia foi institucionalizada de forma progressiva, e a Igreja, na Europa Medieval estabeleceu uma polaridade entre o heterossexual, aquele que deveria ser socialmente estimulado, e o homossexual, que deveria ser escondido, consolidando a heterossexualidade como o padrão ideal. Nesse contexto, indivíduos homossexuais, por não se enquadrarem no modelo reprodutivo da época, foram equiparados a criminosos, como assassinos, hereges e traidores (Spencer, 1999).

Antes da criação do termo homossexual, esse tipo de relação já foi referido por diversos nomes, como sodomia, popularizado pelo mito bíblico de Sodoma e Gomorra que, mesmo não referindo o termo especificamente a homossexuais, passou a ser considerado a partir da interpretação cristã. O termo foi utilizado pelas formas de organização política, durante a Europa Medieval, para se referir a qualquer prática sexual que não levasse à reprodução. Na literatura, a expressão utilizada era amor masculino, e outros termos que propunham uma interpretação ambígua, afinal, a relação homossexual já foi identificada como heresia, feitiçaria e parte integrante do satanismo (Spencer, 1999).

Borrillo (2010) argumenta que o cristianismo, desde os Padres da Igreja até a teologia moderna, interpretou de forma parcial e preconceituosa os textos bíblicos, contribuindo para a construção do homossexual como um pária social. Ao destacar a condenação da homossexualidade e, ao mesmo tempo, omitir ou disfarçar narrativas em que personagens bíblicos expressam sentimentos profundos por pessoas do mesmo sexo, a Igreja teria promovido uma leitura censurada das Escrituras com o objetivo de reforçar a heterossexualidade monogâmica como norma. Nesse contexto, episódios como a destruição de Sodoma e Gomorra são constantemente lembrados, enquanto se busca silenciar relações

intensas e afetivas entre figuras como Davi e Jônatas, Rute e Noemi, ou ainda Jesus e João, o discípulo amado.

A relação afetivo-sexual entre homens, apesar de regulada por normas específicas, que envolviam sobretudo dinâmicas de poder, gênero e classe, só passou a ser considerada imoral com a institucionalização do cristianismo. Essa tradição não apenas moldou a repressão das sexualidades dissidentes, mas também promoveu uma normatividade que perdura até os dias atuais.

A partir do século XVIII, com a ascensão da burguesia e a consolidação de um novo modelo social baseado na família nuclear, a sexualidade passou a ser rigidamente controlada e normatizada. Diferentemente do que ocorria em períodos anteriores, em que a Igreja exercia o principal poder regulador da sexualidade através da moral religiosa, agora a sexualidade tornava-se uma questão política, econômica e social. O sexo passou a ser associado não apenas à moral, mas à necessidade de garantir herdeiros legítimos, assegurar a transmissão de bens e consolidar a estabilidade social. A família burguesa, organizada em torno da reprodução heterossexual, foi elevada à condição de célula fundamental da nova ordem social. Nesse contexto, a sexualidade foi progressivamente transformada em objeto de saber e de vigilância, como descreve Foucault (1976), através da constituição do que ele chamou de “dispositivo da sexualidade”, no qual práticas sexuais deveriam ser disciplinadas em função da utilidade social.

Para Foucault (1976) a sexualidade é produzida e regida por meio do que ele chama de “dispositivo da sexualidade”, sendo este:

Através deste termo [dispositivo] tento demarcar [...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do

dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes termos.

(Foucault, 1976, p. 244).

Esse dispositivo estrutura-se por meio de saberes e práticas que pretendem normatizar e controlar os corpos e seus prazeres através do estabelecimento de “verdades” sobre eles, tem como função principal responder a uma urgência de determinado momento histórico. O dispositivo dita o que deve ser pensado, falado e praticado, e é nesse contexto que a ideia de homossexualidade foi produzida pelo discurso médico. O dispositivo não propõe o extermínio das sexualidades que não devem ser praticadas, mas a sua manutenção como forma ilegítima, como desvio/patologia, a fim de sustentar relações de saber e de poder. Ou seja, a heterossexualidade necessita da existência da homossexualidade para se manter com o status de normal, natural e original. Há uma relação de poder onde o hétero, a norma, estaria acima dos homossexuais, abjetos e desprezíveis.

Dentro dessa lógica, a homossexualidade passou a ser duramente marginalizada, pois representava uma ameaça ao modelo reprodutivo e hereditário que a burguesia necessitava para a manutenção de sua ordem social. Relações que não conduziam à reprodução eram vistas como desvios perigosos, não apenas do ponto de vista moral, mas também econômico e político. Por isso, a homossexualidade foi progressivamente medicalizada, criminalizada e patologizada, transformando-se de um ato isolado ou pecado em uma identidade a ser diagnosticada e corrigida. Como Foucault (1976) aponta, a partir do século XIX, não se tratava mais de reprimir simplesmente atos sexuais, mas de construir tipos humanos desviantes, que podiam ser observados, estudados e excluídos, fortalecendo assim o poder normativo sobre os corpos e os desejos na sociedade burguesa.

O jurista alemão Karl Heinrich Ulrichs (1864), criou o termo uranista para explicar a existência de homens que sentem atração por outros homens, a partir de sua concepção de um “terceiro sexo”.

Os uranistas não são, segundo Ulrichs, doentes ou criminosos, mas almas femininas encerradas em corpos masculinos que se sentem atraídas por almas masculinas. Não era uma solução nada ruim para legitimar uma forma de amor que podia, na Inglaterra e na Prússia daquela época, levar à força, e que hoje continua ilegal em 74 países, podendo ser punida com a pena de morte em treze deles, entre os quais Nigéria, Iêmen, Sudão, Irã e Arábia Saudita, além de ser motivo habitual de violência familiar, social e policial na maioria das democracias ocidentais. (Preciado, 2020, p.20)

O termo homossexual foi criado em 1869 pelo médico húngaro Karoly Benkert, enquanto se posicionava contra uma lei que penalizava homens envolvidos em relações com outros homens, destacando a desigualdade em relação aos heterossexuais. Esse período também ficou marcado pelos acontecimentos na vida de Oscar Wilde, vítima da homofobia e condenado à prisão (Pires, 2005).

A homossexualidade passou a ser identificada como uma doença em 1886, a partir do discurso jurídico e médico acerca da sexualidade. Enquanto a psiquiatria se desenvolvia, as condutas sexuais passaram a ser reconhecidas como casos de psicopatologia. Dametto e Schmidt (2015) apontam que o pioneirismo dos estudos de Krafft-Ebing e seus contemporâneos acerca das psicopatologias sexuais contribuíram para esse reconhecimento. A obra de Krafft-Ebing ancora-se em julgamentos morais e argumentos sexistas, acompanhando grande parte do pensamento da época, no qual ele aborda as anomalias psicopatológicas da sexualidade, sendo a homossexualidade uma delas. As ideias do autor ganham um status de verdade pois não se tratava de um discurso particularmente seu, sendo reforçado pelo discurso moral, religioso, legal e biológico.

Dametto e Schmidt (2015) identificaram, em sua pesquisa na obra de Krafft-Ebing, que os pacientes ali identificados como homossexuais apresentavam o desejo de viver normalmente, como os heterossexuais viviam em sociedade, mas que acabavam em busca de



uma “cura” para a chamada doença homossexual pois, em muitos lugares, sua sexualidade era considerada crime. Era a saída que encontravam em meio a uma sociedade hostil que condenava o seu modo de existir, considerados seres perversos que precisariam de uma cura ou purificação.

A justificativa que Krafft-Ebing encontra para identificar a homossexualidade como doença seria uma tentativa de justificar a heteronormatividade, a partir de um princípio puramente biológico, que exclui a dimensão cultural e social da sexualidade humana. O prazer sexual seria considerado natural e normal enquanto estiver funcionado para a preservação da espécie, para a reprodução, sendo uma perversão sexual tudo o que não diz respeito a essa intenção (Dametto & Schmidt, 2015).

Esse princípio regia o modelo da família tradicional burguesa, consolidado nos séculos XVIII e XIX, que impôs um modelo de subjetividade baseado na heterossexualidade e reprodução, tornando-se um espaço de controle moral e repressão do desejo. Esse modelo contribui com a marginalização da homossexualidade, identificada como uma ameaça à estabilidade da família tradicional burguesa. Como Costa (2002) aponta, esse modelo era utilizado “enquanto fortaleza da moral privada e signo da superioridade da cultura burguesa frente as outras classes sociais e aos povos colonizados.” (p.33)

Como estratégia de tratamento contra a homossexualidade, Krafft-Ebing prescrevia comportamentos com o objetivo de inibir qualquer desejo homossexual, acreditando que por isso eles desapareceriam. Dentre as estratégias indicadas estavam: a ida a prostíbulos, distanciamento de álcool e masturbação, ou qualquer tipo de comportamento que poderia sugerir uma satisfação do desejo homossexual. A relação afetivo-sexual entre homens era, então, compreendida como um vício, algo nocivo que deveria ser tratado (Dametto & Schmidt, 2015)

Para Foucault (1976), Krafft-Ebing representa uma mudança: antes, práticas sexuais

"desviantes" eram vistas principalmente como atos proibidos (pecados ou crimes); com ele (e outros), passam a ser vistas como expressões de uma identidade doente, como características constitutivas de um sujeito. Isso é essencial para o argumento foucaultiano de que, a partir do século XIX, não se tratava mais apenas de reprimir o sexo, mas de produzir saberes sobre ele — e, assim, produzir também novas formas de poder sobre os indivíduos (o que ele chama de biopoder e biopolítica). Krafft-Ebing não apenas descrevia comportamentos; ele ajudava a construir novas “personalidades sexuais”, novos tipos humanos. “O homossexual do século XIX tornou-se uma personagem: um passado, uma infância, um caráter, uma forma de vida.” (p. 59)

A homossexualidade, entendida dessa maneira, passou a ser vista como uma condição patológica, inserindo os homossexuais na categoria de indivíduos doentes, que necessitariam de tratamento ou cura para que seus desejos fossem redirecionados à heterossexualidade. Essa orientação, por sua vez, era considerada o padrão natural e universalmente aceito, o modelo ideal que deveria ser seguido por todos. Dessa forma, qualquer desvio em relação a essa norma era encarado não apenas como uma anomalia, mas também como um comportamento passível de repressão, marginalização e até punição por parte da sociedade e das instituições vigentes.

O termo homofobia teria surgido pela primeira vez em 1971, utilizado por T. J. Smith em um artigo que pretendia analisar a personalidade homofóbica e, em 1972, o termo foi definido por George Weinberg como “o receio de estar com um homossexual em um espaço fechado e, relativamente aos próprios homossexuais, o ódio por si mesmo”. Apesar de homofobia ser o termo mais conhecido, outros foram sugeridos ao longo da história, como: “homoerotofobia”, “homossexofobia”, “homossexismo” e “heterossexismo” (Borrillo, 2010).

Segundo Borrillo (2010) o termo homofobia apresenta dois aspectos, o primeiro sendo a nível pessoal, de natureza afetiva, que se manifesta através de uma rejeição aos

homossexuais, apontada por ele como uma homofobia psicológica. O outro aspecto ocorre em uma dimensão social, onde não há uma rejeição específica contra a pessoa homossexual como um indivíduo, mas contra qualquer política de igualdade. Isso pode ser observado a partir de falácias que buscam enfraquecer a luta pela igualdade a partir da ideia de que o grupo estaria em busca de privilégios. Este comportamento é caracterizado pelo autor como homofobia cognitiva, que pretende perpetuar a diferença social do homo/hétero. “Neste registro, ninguém rejeita os homossexuais; entretanto, ninguém fica chocado pelo fato de que eles não usufruam dos mesmos direitos reconhecidos aos heterossexuais” (p.24).

Assim, o que Borrillo (2010) chama de homofobia cognitiva se manifesta não por meio da agressão física ou do discurso de ódio explícito, mas pela produção de saberes, normas e discursos considerados legítimos, que naturalizam a heterossexualidade como o único modelo válido de comportamento sexual. Desse modo, práticas jurídicas, médicas, religiosas e educacionais, ao descreverem a homossexualidade como inferior, patológica ou desviante, reforçaram a marginalização dos indivíduos LGBT, mesmo sob a aparência de neutralidade científica ou moral. A homofobia cognitiva foi, portanto, uma ferramenta crucial para a consolidação da heteronormatividade, pois agia na formação das subjetividades e na estruturação das instituições sociais.

O autor apresenta esses aspectos para mostrar como o termo homofobia sendo caracterizado pelo sentimento de medo, aversão e repulsa contra homossexuais; sua identificação como uma fobia, seria insuficiente. Ele também defende o uso do termo com uma proposta de praticidade, mas compreende que seria mais satisfatório aplicar outros termos que dizem respeito a essa rejeição de diversos grupos, sendo: gayfobia, lesbofobia, bifobia e transfobia (Borrillo, 2010)

Atualmente contamos com a sigla LGBTQIA+fobia, utilizado para definir qualquer tipo de violência a pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIA+, ou seja, lésbicas,

gays, bissexuais, transgêneros, queers, intersexuais, assexuais, e o símbolo “+” para incluir outras siglas e grupos. Além da sigla, um termo que vem ganhando destaque na América Latina, é o de dissidência de gênero, que é utilizado para se referir a pessoas cuja identificação de gênero e/ou orientação sexual fogem ao que é identificado socialmente enquanto norma, como a identificação com o gênero dado ao nascimento, baseado no sexo biológico e a heterossexualidade.

Sobre a homofobia, Borrilo (2010) aponta:

A violência em estado puro - destilada pela homofobia psicológica - nada é além da integração paradigmática de uma atitude anti-homossexual que, aliás, permeia a história de nossas sociedades. O medo, às vezes pueril, suscitado ainda pela homossexualidade resulta da produção cultural do Ocidente judaico-cristão. Dos textos sagrados às leis laicas, passando pela literatura científica e pelo cinema, a campanha de promoção da heterossexualidade não hesita em proferir o anátema não só contra a homossexualidade, mas também contra qualquer manifestação de afeto entre pessoas do mesmo sexo. Assim, a homofobia cognitiva serve de fundamento a um saber sobre o homossexual e a homossexualidade baseado em um preconceito que os reduz a um clichê (p.25)

A homofobia não se manifesta exclusivamente como uma forma de violência direcionada a gays e lésbicas, mas também afeta qualquer indivíduo que expresse gestos de afeto por outra pessoa do mesmo sexo, independentemente de sua orientação sexual. Esse tipo de repressão funciona como um mecanismo de controle social, operando em oposição a toda e qualquer experiência que desafie ou se distancie do padrão estabelecido como heterossexual. Dessa maneira, reforça-se a normatização da heterossexualidade, ao mesmo tempo em que se impõe um sistema de coerção e marginalização sobre expressões afetivas e identidades dissidentes.

Devido à complexidade do tema, Borrillo (2010) também distingue outras duas formas de homofobia, sendo uma a homofobia geral e a outra de específica. A primeira seria equivalente ao conceito de homofobia ampliado por D. Welzer-Lang, que diz respeito não apenas a violência contra gays e lésbicas, mas a qualquer tipo de hostilidade contra atitudes opostas aos papéis estabelecidos socialmente a partir das normas de gênero. Ou seja, a homofobia geral denuncia os deslizes do que seria considerado o feminino e o masculino, lembrando sempre aos indivíduos que deveriam agir conforme o seu “gênero correto”, como acontece quando desde o nascimento os homens devem usar azul e as mulheres rosa, por exemplo, já que tais cores passaram a ser culturalmente reconhecidas como uma cor de menino e a outra de menina.

Diferente desse caso, a homofobia específica representa uma intolerância contra gays e lésbicas, onde não se trata apenas de uma regulação do que meninos e meninas deveriam usar ou como se comportar. Borrillo (2010) também aponta que as lésbicas são vítimas de uma violência particular pois, além da homofobia, por se envolverem afetiva e sexualmente com pessoas do mesmo sexo, existe também a violência de gênero, diferente do homem gay. Além disso, o autor discorre sobre a invisibilidade da homossexualidade feminina, que, desde os estudos de Krafft-Ebing, foi tratada de maneira secundária em comparação à masculina. Enquanto a homossexualidade masculina era considerada patológica e perigosa, associada a desvios morais e sociais, a homossexualidade feminina era frequentemente vista como uma forma de pseudo-homossexualidade, sendo minimizada e desqualificada. Por não ser percebida como uma ameaça à ordem social, essa experiência foi historicamente negligenciada nos discursos médicos e jurídicos, contribuindo para sua marginalização e apagamento.

Os gays eram visivelmente mais perseguidos no campo jurídico, mas isso não quer dizer que as lésbicas sofressem menos. Pelo contrário, segundo Borrillo (2010), essa era, na

verdade, a manifestação de um desdém muito maior, e o pensamento misógino contribuía para que as mulheres fossem vistas como um instrumento de desejo masculino. Ou seja, o menosprezo dos homens pela sexualidade feminina tornava sua homossexualidade invisível, pois, seguindo essa lógica, as mulheres existiam para promover prazer aos homens, não podendo obter prazer para si, muito menos com outra mulher. Não é incomum, inclusive, que muitos homens que consomem pornografia lésbica continuem praticando atos homofóbicos. O sexo entre duas mulheres só seria aceitável se fosse direcionado para a obtenção de prazer dos homens.

Borrillo (2010) nos lembra que:

A homofobia é inconcebível sem que seja levada em consideração a ordem sexual a partir da qual são organizadas as relações sociais entre os sexos e as sexualidades. A origem da justificativa social dos papéis atribuídos ao homem e à mulher encontra-se na naturalização da diferença entre os dois sexos: a ordem (chamada "natural") dos sexos determina uma ordem social em que o feminino deve ser complementar do masculino pelo viés de sua subordinação psicológica e cultural. O sexismo define-se, desde então, como a ideologia organizadora das relações entre os sexos, no âmago da qual o masculino caracteriza-se por sua vinculação ao universo exterior e político, enquanto o feminino reenvia à intimidade e a tudo o que se refere à vida doméstica. A dominação masculina identifica-se com essa forma específica de violência simbólica que se exerce, de maneira sutil e invisível, precisamente porque ela é apresentada pelo dominador e aceita pelo dominado como natural, inevitável e necessária (p.30).

A misoginia, sistema de crenças e atitudes que desvaloriza, subordina e viola as mulheres, está historicamente entrelaçada com a homofobia, pois a hierarquização de gênero coloca as mulheres como inferiores e, por isso, homens que apresentem comportamentos considerados femininos pela norma de gênero também seriam vistos como inferiores.

A heterossexualidade aparece como o padrão para avaliar todas as sexualidades, e tudo o que foge dessa norma é considerado incompleto, perverso, criminoso, imoral doentio. Essa é a base do heterossexismo, a crença em uma hierarquia das sexualidades na qual o hétero seria considerado o ideal a ser atingido, o natural segundo essa norma. Borrillo (2010) aponta a influência da tradição judaico-cristã com o sistema de dominação masculina patriarcal a partir da criação da dicotomia heterossexual/homossexual, no cristianismo, que coloca a heterossexualidade como a expressão natural e normal da sexualidade, inaugurando, através das leis divinas, uma forma de homofobia que não havia sido praticada por outra civilização.

Judith Butler (1990/2003), filósofa e teórica contemporânea do feminismo e da teoria queer, fala de um sistema de heterossexualidade compulsória que define os conceitos de sexo e gênero, colocando a heterossexualidade como a norma. Para a autora, a heterossexualidade produz oposições assimétricas como feminino/masculino/ e homossexual/heterossexual. Esse sistema exige que “certos tipos de “identidade” não possam existir – isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero”. (p.44) Assim, pessoas que não vivem conforme o modelo cis heteronormativo, que não se identificam com o sexo que foi designado no nascimento e que as práticas do desejo não correspondem ao esperado, como uma pessoa que é designada como do sexo masculino ao nascer e que não se interessa afetiva e sexualmente por pessoas do sexo oposto, não deveriam existir, segundo essa norma.

É válido destacar que essa heterossexualidade compulsória, a matriz heterossexual, também regula as sexualidades não heterossexuais. São muitos os homens gays, por exemplo, que se relacionam a partir desse ideal, onde um apresenta características que são consideradas muito femininas, e escolhe um parceiro masculinizado. O mesmo acontece com muitas lésbicas, que podem apresentar um comportamento masculinizado e escolher parceiras muito femininas. Isso se trata da presença “das assim chamadas convenções heterossexuais nos

contextos homossexuais”. (Butler, 2003, p.66) Ou seja, ninguém sai ileso da compulsoriedade dessa matriz.

Essas práticas reguladoras operam através do que Butler (2003) chama de performatividade de gênero pois, em sua concepção, o gênero não seria uma essência inata ou uma característica fixa das pessoas, mas algo que se realiza por meio da repetição de atos, gestos e atuações.

Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são *performativos*, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo *performativo* sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade. [...] Em outras palavras, os atos e gestos, os desejos articulados e postos em ato criam a ilusão de um núcleo interno e organizador do gênero, ilusão mantida discursivamente com o propósito de regular a sexualidade nos termos da estrutura obrigatória da heterossexualidade reprodutora. (Butler, 2003, p.234).

A noção de performatividade propõe pensar o gênero como um processo de construção e reconstrução, distanciando-se da noção de uma identidade de gênero natural, sendo essa noção construída a partir da repetição dos comportamentos que são culturalmente reconhecidos como masculinos ou femininos. Compreender esse processo como uma construção e não a partir da crença de um modelo natural e inato, possibilita a sua subversão e transformação.

O filósofo Paul Preciado (2022b) reforça a ideia de Butler afirmando que a identidade homossexual é um “acidente sistemático produzido pela maquinaria heterossexual, estigmatizada como antinatural, anormal e abjeta em benefício da estabilidade das práticas de produção do natural” (p.41) Esse “acidente” a qual Preciado se refere, a homossexualidade, é



identificado como antinatural e ameaçador, construído a partir dos deslocamentos dos “eixos mecânicos performativos que produzem a identidade heterossexual” (p.41), que se trata de uma tecnologia social, não tendo nada de “natural”, fundadora ou original. Para o autor, é possível modificar o curso dessas práticas, a partir do que ele chama de contrassexualidade.

A contrassexualidade é, em primeiro lugar, uma análise crítica da diferença de gênero e sexo, produto do contrato social heterocêntrico, cujas performatividades normativas foram inscritas nos corpos como verdades biológicas. [...] No âmbito do contrato contrassexual, os corpos se reconhecem a si mesmos e aos outros corpos não como homens ou mulheres, mas como corpos vivos; reconhecem em si mesmos a possibilidade de aceder a todas as práticas significantes, assim como a todas as posições de enunciação, enquanto sujeitos, que a história determinou como masculinas, femininas ou perversas (Preciado, 2022b, p.33).

Preciado utiliza as ideias de Foucault sobre a produção disciplinar da sexualidade em nossas sociedades para propor uma contraproductividade com formas alternativas de prazer-saber à sexualidade, e não através de lutas contra a proibição. É como fazem a “bicha, travesti, a drag queen, a lésbica, a sapatão, a caminhoneira, a butch, a bofinho, a transgênero” (Preciado, 2022b, p.41), cuja performatividade se distancia das propostas heteronormativas.

Os termos “bicha, sapatão, veado” foram e ainda são amplamente utilizados como forma de insulto aqueles que se comportam de maneiras que fogem a norma heterossexual. Pessoas LGBTQIA+ passaram a utilizar tais termos como uma tentativa de reapropriação, como uma afirmação positiva de identidade e resistência, como ocorreu com o termo inglês *queer*, que significa “estranho/excêntrico”, mas que era utilizado como um insulto a pessoas LGBTQIA+. O termo foi reapropriado, e hoje faz parte da sigla LGBTQIA+.

Apesar dessa tentativa de reapropriação das pessoas brasileiras que não se identificam com as normas heterocentradas, os termos ainda são utilizados como forma de insulto

marcando, desde a infância, a experiência dessas pessoas. Sobre isso, Eribon (2008) aponta:

Tudo começa com um insulto, o insulto que qualquer gay ou lésbica pode ouvir em qualquer momento de sua vida, sinal de sua vulnerabilidade social e psicológica.

“Bicha” (“Sapatão”) essas não são apenas palavras gritadas quando passamos. São agressões verbais que ficam na mente. São acontecimentos traumáticos vividos de forma mais ou menos violenta no momento em que acontecem, mas que ficam na memória e no corpo (pois o medo, o constrangimento e a vergonha são atitudes corporais produzidas por um mundo exterior hostil). Uma das consequências do insulto é moldar a relação que se tem com os outros e com o mundo e, assim, moldar a personalidade, a subjetividade, o próprio ser do indivíduo em questão (p.15).

Eribon (2008) filósofo e escritor francês, aponta que os insultos que estão presentes na vida de gays e lésbicas surgem como um veredito. Para o autor, é através do insulto que gays e lésbicas percebem a sua diferença frente aos heterossexuais. Nesse momento, há um reconhecimento da dissimetria marcada pela estigmatização através dos olhares e comentários. “Se alguém me chama de “veado sujo” [...], essa pessoa não está tentando me dizer algo sobre mim. Ela me faz saber que tem algo contra mim, que tem poder sobre mim” (p.16). Para ele, esses insultos deixam marcas profundas, podendo causar uma intensa sensação de vergonha. O hétero, aquele cujo a sexualidade é reconhecida como natural, exerce um poder sobre aqueles que apresentam características diferentes da heterossexualidade, pois essa categoria é colocada em um lugar inferior.

Monique Wittig, filósofa, escritora e feminista francesa, apresenta em 1978 seu texto intitulado como “O pensamento hétero”, referindo-se a esse pensamento que pressupõe a heterossexualidade como fundamento da sociedade:

Os discursos que oprimem particularmente a todos nós, lésbicas, mulheres e homens

homossexuais, são os que pressupõem que o fundamento da sociedade, qualquer sociedade, é a heterossexualidade. Esses discursos falam sobre nós e alegam dizer a verdade em um campo apolítico, como se todos os signos desse campo pudessem escapar do político neste momento da história e como se, no que diz respeito a nós, pudessem existir signos politicamente insignificantes. Esses discursos de heterossexualidade nos oprimem uma vez que nos impedem de falar a não ser que falemos nos termos deles. Tudo que os coloca em questão é imediatamente tido como rudimentar. Nossa recusa da interpretação totalizante da psicanálise faz os teóricos dizerem que negligenciamos a dimensão simbólica. Esses discursos nos negam todas as possibilidades de criar nossas próprias categorias. Mas sua ação mais feroz é a tirania impiedosa que exercem sobre nossa pessoa, em termos tanto físicos quanto mentais (Wittig, 2022, p. 59).

Para Wittig (2022) o pensamento hétero seria o “conglomerado de todo tipo de disciplinas, teorias e ideias atuais” (p.61) dos sistemas teóricos modernos e das ciências sociais, que exercem um poder sobre os corpos criando categorias que não seriam questionadas pela ciência contemporânea, como a “mulher”, “homem”, “sexo”, “diferença” e toda a série de conceitos que leva essa marca, incluindo “história”, “cultura” e “real” (p. 61). A autora comenta que, na época, mesmo se admitindo que não existe natureza, que tudo seria cultura, o pensamento do que seria “natural” sempre resiste quando posto à prova, como no caso da relação heterossexual. Para ela, trata-se de uma relação obrigatória entre homem e mulher.

Por seu caráter irrefutável, como conhecimento, como princípio óbvio, como um dado anterior a qualquer ciência, o pensamento hétero desenvolve uma interpretação totalizante da história, da realidade social, da cultura, da linguagem e de todos os fenômenos subjetivos ao mesmo tempo. Só tenho a sublinhar o caráter opressor de que

o pensamento hétero se reveste em sua tendência de universalizar imediatamente a sua produção de conceitos e torná-los leis gerais que seriam verdadeiras para todas as sociedades, todas as épocas, todos os indivíduos (Wittig, 2022, p. 62).

Como consequência dessa tendência à universalidade, torna-se inconcebível uma sociedade em que a heterossexualidade não ordene as relações humanas e produções de conceitos. Assim, o pensamento hétero produz processos inconscientes que se tornam cada vez mais imperativos sobre os corpos das pessoas, e os especialistas, que se utilizam dos diversos saberes (estes influenciados pelo pensamento hétero), querem ensinar aqueles que se distanciam da cis heteronormatividade sobre eles mesmos (Wittig, 2022).

Wittig (2022) aponta que embora as sociedades formadas por lésbicas e gays tenham sempre existido, elas não poderiam ser pensadas ou discutidas pois seria impossível rejeitar a obrigação do coito e as instituições que essa obrigação produz. Para ela, isso significaria rejeitar a “ordem simbólica” e que isso “impossibilita a constituição do significado, sem o qual ninguém mantém uma coerência interna”. (p.63)

A sociedade héterocentrada, que cria a necessidade do diferente em todos os níveis, não funciona sem esse conceito. Portanto, é essa necessidade de criar o diferente/outro através da produção de disciplinas que Wittig (2022) chama de pensamento hétero. Para a autora, o diferente/outro é o dominado, e essa dominação não oprime apenas pessoas LGBTQIA+, mas todas as mulheres cisgênero e muitas categorias de homens. Esse conceito de diferença entre os sexos, por exemplo, constitui as mulheres em um diferente/outro.

Portanto, Wittig (2022) propõe que gays e lésbicas não se denominem como homens e mulheres pois isso seria uma forma de manutenção da heterossexualidade. A homossexualidade, quando pensada pelo pensamento hétero, não é nada mais que uma heterossexualidade. Para ela, é importante produzir transformações políticas dos conceitos

centrais, pois eles trabalham pela ordem da linguagem, que é ligada ao campo político, “no qual tudo o que tem a ver com linguagem, ciência e pensamento se refere à pessoa enquanto subjetividade, e à sua relação com a sociedade.” (p.65)

Preciado (2011) apresenta a ideia de política da multidão *queer*, que aparece no centro de uma desterritorialização da heterossexualidade, propondo uma resistência ao tornar-se “normal”. Essa política propõe uma desidentificação, como a ideia de Wittig de que lésbicas não são mulheres, e gays não são homens. Assim, as identificações como “bicha” ou “sapatão” podem ser transformadas em produção de identidades resistentes à normalização.

Os corpos da multidão *queer* são também as reapropriações e os desvios dos discursos da medicina anatômica e da pornografia, entre outros, que construíram o corpo *straight* e o corpo desviante moderno. A multidão *queer* não tem relação com um "terceiro sexo" ou com um "além dos gêneros". Ela se faz na apropriação das disciplinas de saber/poder sobre os sexos, na rearticulação e no desvio das tecnologias sexopolíticas específicas de produção dos corpos "normais" e "desviantes". Por oposição às políticas "feministas" ou "homossexuais", a política da multidão *queer* não repousa sobre uma identidade natural (homem/mulher) nem sobre uma definição pelas práticas (heterossexual/homossexual), mas sobre uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como "normais" ou "anormais": são os *drag kings*, as *gouines garous*, as mulheres de barba, os transbichas sem paus, os deficientesciborgues... O que está em jogo é como resistir ou como desviar das formas de subjetivação sexopolíticas. (Preciado, 2011, p. 15).

Portanto, Butler (2003), Preciado (2011) e Wittig (2022) compartilham uma crítica radical às normas de gênero e sexualidade estabelecidas, defendendo a ideia de que essas normas são construções sociais e políticas que podem e devem ser questionadas e transformadas para permitir formas mais livres e autênticas de viver o corpo, o desejo e a

identidade. Essas normas, que estabeleceu a heterossexualidade como a natural e “correta”, promovem não só a homofobia, mas a discriminação a qualquer tipo de expressão de sexualidade e identidade que se distanciem dessa norma.

Homofobia não é um termo psicanalítico, mas os psicanalistas, desde Freud, debateram sobre a sexualidade. Vejamos, a seguir, as contribuições de Ferenczi sobre a homossexualidade.

### **3.2 Sándor Ferenczi, o homoerotismo e a experiência gay na clínica psicanalítica**

Sándor Ferenczi, psicanalista húngaro que teve um lugar de destaque entre os pioneiros da psicanálise, embora sua obra tenha sido de alguma forma “enterrada” com ele após a sua morte, tem sido cada vez mais debatido no campo psicanalítico e acadêmico. Sua obra é composta por vários artigos psicanalíticos sobre os mais diversos assuntos, dentre eles a homossexualidade, tema que já o interessava antes mesmo de seu contato com a psicanálise. Assim, apresentaremos a seguir textos onde o autor aborda o tema da homossexualidade, iniciando pelos seus textos pré-psicanalíticos.

Em 1902, Ferenczi publica, ainda como médico, um texto intitulado como “Homossexualidade feminina”. Nesse texto, ele conta a história de Róza K, vulgo Róbert, de 40 anos, descrito como uma pessoa atraída pelo mesmo sexo. Apesar do título, trata-se possivelmente de um homem transsexual, mas, na época tal termo ainda não era utilizado pelos húngaros.

Ele descreve Robert como alguém que possuía uma natureza inquieta, e que nunca permanecia em lugar algum por conta do preconceito que sofria, o que levava a consequência de não aceitarem suas aplicações para empregos. Ele sempre tinha que lidar com a polícia por se vestir com roupas masculinas. Devido a sua característica andrógena, Robert também já chegou a ser preso por usar roupas femininas e ser acusado de parecer um homem disfarçado. Ferenczi conta que o dia mais feliz da vida de Robert foi quando a polícia o autorizou a se

vestir com roupas masculinas (Ferenczi, 2024).

O que chama atenção nesse texto, além do fato de Ferenczi ter voltado a sua atenção para o assunto, é a sua atitude a partir do interesse em escutar Robert, quando solicitou que ele escrevesse sua autobiografia. Indo na contramão do pensamento médico com o foco em diagnósticos, o médico Ferenczi, ao ler a história de vida de R. K, pôde conhecer sua trágica história marcada por inúmeras violências, como o desprezo de seus pais, ao identificar que ele se interessava por meninas, e as diversas situações vivida socialmente. Ferenczi criticava os médicos da época por conta dos diagnósticos rápidos que dificultavam uma posterior revisão dessa avaliação, prezando por uma escuta da singularidade, como ocorreu no caso de Robert, ao pedir que lhe escrevesse sua biografia.

Em 1906, a diretoria do Círculo Médico de Budapeste realizou uma reunião, a pedido do Comitê Científico Humanitário de Berlim, com o objetivo de desenvolver um movimento sobre as injustas leis que estavam em vigor contra homossexuais, tanto na Alemanha, como na Hungria e em outros países. Ferenczi foi o médico encarregado de abordar o tema em um estudo, que foi apresentado nessa reunião. Ele coloca, inclusive, que essa seria a segunda vez que ele havia sido convidado a tratar dessa questão como um especialista (Ferenczi, 2024).

Na época, o então médico Ferenczi havia observado dez casos explícitos de homossexualidade e, por isso, entendia que não deveria atribuir um peso excessivo a sua experiência com essas pessoas, pois considerava esse número insuficiente para estabelecer uma porcentagem representativa. Ele aproveitou a ocasião para criticar os médicos que tiravam conclusões precipitadas com base em amostras reduzidas, defendendo que, para uma análise mais confiável, seria necessário observar, no mínimo, cem pessoas.

Portanto, o húngaro escreve a partir dos estudos de outros autores, como o Dr. Magnus Hirschfeld, médico gay e judeu que fez estudos sobre diversidade sexual na Alemanha, e que havia trabalhado com mais de 1.500 casos, considerado “a verdadeira alma do movimento

contra a perseguição da homossexualidade” (Ferenczi, 2024). Ele considera que sua apresentação nessa reunião está embasada em uma abordagem médico científica e em um pensamento humanista, considerando o assunto como de grande interesse.

Em relação a diferenciação dos sexos, Ferenczi aponta as contribuições do Dr. Hirschfeld acerca de que essa diferença não seria tão simples, que há muitos casos sugerindo uma espécie de transição entre os sexos masculino e feminino, “que incide na organização física e mental dos indivíduos envolvidos, levando a características mistas” (Ferenczi, 2024, p. 418).

Como psicanalista, o primeiro texto de Ferenczi sobre o tema da homossexualidade foi intitulado como “Novas observações sobre a homossexualidade”, de 1909, e são notas escritas sobre os pacientes que o húngaro acompanhava na época, publicadas postumamente. Nesse artigo, Ferenczi se preocupa em encontrar as origens da homossexualidade e, discordando do fator inatismo, defende a teoria da fixação materna, apresentando o caso de dois pacientes.

Contribuindo com os debates de Freud acerca da paranoia, Ferenczi (2011) publica “O papel da homossexualidade na patogênese da paranoia”, em 1911, onde ele se debruça sobre a história de alguns pacientes que acionam mecanismos paranoicos contra uma escolha de objeto homossexual, levando o húngaro a crer que a paranoia seria uma deformação da homossexualidade. São apresentados quatro casos, entre homens e mulheres, onde ele observa que os sintomas paranoicos surgem quando a sublimação da homossexualidade não é mais suficiente. No primeiro caso, de um homem de 38 anos de idade, a homossexualidade surge nos detalhes de sentir demasiado ciúme de sua esposa, mesmo sem essa apresentar suspeitas, levando Ferenczi a crer que, na verdade, se tratava do próprio desejo dele por homens projetado. Em outro caso, Ferenczi fala de uma mulher que se casou com um homem a contragosto, obedecendo ao desejo de seus pais, tendo dois filhos e que, depois do nascimento do segundo, desenvolveu sintomas paranoicos pois sentiu que deu ao marido o que ele queria:



um filho homem. Parece que, depois disso, ela estava livre do seu “dever” e os sintomas paranoico surgiram, também a partir de um ciúme demasiado que demonstrava, na verdade, o seu interesse por mulheres.

Ainda em 1911, Ferenczi publicou outro texto sobre o tema com o título de “Um caso de paranoia deflagrada por uma excitação da zona anal”, contribuindo com a noção de que a paranoia era provocada pelo fracasso da sublimação social da homossexualidade:

São indivíduos cujo desenvolvimento foi perturbado no nível da passagem do amor egocêntrico para o amor objetal e que, em consequência de uma fixação narcísica infantil e de causas posteriores fortuitas, recaíram no estágio de desenvolvimento da inversão sexual, estado que se tornou intolerável para a consciência deles e que os força a defender-se da perversão. (Ferenczi, 2011, p. 149).

Nesse texto, o autor apresenta o caso de um homem que realizou um procedimento médico no ânus e que, a partir disso, desenvolveu sintomas paranóicos por conta da falha na sublimação da homossexualidade, já que o procedimento suscitou o contato com memórias infantis reprimidas, como a relação que ele tinha com um amigo quando era mais novo, com penetração. O delírio de perseguição nesse caso foi entendido por Ferenczi como o retorno do afeto recalcado, e ele não excluía a possibilidade do paciente de conseguir novamente sublimar a sua homossexualidade e a viver seus interesses homossexuais “pelo canal da atividade social e da amizade, em vez de uma grosseira perversão, menos inconsciente” (Ferenczi, 2011, p. 152)

Nesses artigos, Ferenczi negligenciou um aspecto importante da experiência homossexual: a impossibilidade de realização do desejo. Devido à conotação negativa e preconceituosa da época, pessoas que sentiam atração afetivo-sexual por outras do mesmo gênero vivenciavam a impossibilidade de concretizar esses desejos. O simples fato de existir já era, por si só, perigoso. A negligência desses aspectos e o rumo que tais textos tomavam

denunciam que o pensamento psicanalítico, embora não se limitasse a Ferenczi e apresentasse avanços, ainda se deixava influenciar pela norma heterossexual.

Continuando com suas produções de 1911, Ferenczi apresenta em uma conferência realizada no III Congresso da Associação Psicanalítica Internacional, em Weimar, o texto “O homoerotismo: nosologia da homossexualidade masculina”. Ele inicia apontando um resumo do que a psicanálise já apresentou sobre a homossexualidade: a partir das hipóteses de Freud e Fliess, todo ser humano passa por uma bissexualidade durante a infância e, mais tarde, a homossexualidade seria recalcada, permanecendo apenas uma pequena parte que é sublimada na vida cultural. (Ferenczi, 2011b).

Quando a homossexualidade não é suficientemente recalcada, segundo Ferenczi, acontece o que ele demonstrou nos textos anteriores: surgem os sintomas paranoicos, sendo compreendidos pelo autor como “uma manifestação deformada da atração pelo próprio sexo”. (Ferenczi, 2011b, p.129).

O húngaro apresenta as ideias de Sadger e Freud acerca do narcisismo, apontando que vários homossexuais apresentariam fortes tendências heterossexuais no início da vida, mas que o amor pela mãe e atitudes de ódio para com o pai, o complexo de Édipo, manifestavam-se intensamente, e que a homossexualidade seria uma tentativa de recriar a relação primitiva com a mãe. Assim, a partir da leitura que Ferenczi faz desses autores: “É a sua própria pessoa que o homossexual ama inconscientemente nos objetos do mesmo sexo, sobre os quais seu desejo recai, e ele próprio desempenha (sempre inconscientemente) o papel feminino e efeminado da mãe” (Ferenczi, 2011b, p. 130).

Nesse trecho, Ferenczi se refere a ideia freudiana de que: “[...] ou seja, partindo do narcisismo, buscam homens jovens e semelhantes a si mesmos, que querem amar assim como a mãe os amou” (Freud, 2013, p. 34).

Ferenczi discorre a partir da teoria freudiana sobre o narcisismo, proposta que diz

sobre o desenvolvimento comum de qualquer sujeito, mas que, no caso de homossexuais, estes estariam mais fortemente fixados nesse estágio. Apesar disso, Ferenczi parece não se interessar na universalidade dessa proposta: “Entretanto, apesar de toda sua importância, esses conhecimentos nem sempre explicam as particularidades da constituição sexual e as experiências específicas que estão na base da homossexualidade manifesta” (Ferenczi, 2011b, p; 130).

Ferenczi problematiza o termo “homossexualidade” a partir das seguintes ideias:

Sempre tive a impressão de que, em nossos dias, aplicava-se o termo

“homossexualidade” a anomalias psíquicas demasiado diferentes e fundamentalmente sem relação alguma entre si. A relação sexual com o seu próprio sexo é apenas, com efeito, um *sintoma*, e esse sintoma tanto pode ser a manifestação de doenças e transtornos muito diversos do desenvolvimento, como uma expressão da vida psíquica normal. Portanto, era pouco provável, de imediato, que tudo o que se designa hoje pelo termo genérico de “homossexualidade” pertencesse realmente a uma só entidade clínica. (Ferenczi, 2011b, p.131)

Insatisfeito com a forma como todo tipo de homossexualidade vem sendo tratada como se fosse a mesma coisa, Ferenczi propõe o termo homoerotismo, pois homossexualidade se prestaria a mal-entendidos, e homoerotismo denotaria o caráter psíquico da pulsão. Ele aponta que o homoerótico passivo e o ativo são essencialmente diferentes, e que apenas o passivo seria considerado um “invertido”, pois só ele apresentaria uma verdadeira inversão de aspectos psíquicos e físicos. A questão da inversão seria, como ele aponta:

Um homem que se sente mulher em suas relações com os homens é invertido quanto ao seu próprio ego (homoerotismo por inversão do sujeito ou, mais simplesmente, “*homoerotismo de sujeito*”), e se sente mulher não só durante as relações sexuais, mas

em todas as demais relações de sua existência (Ferenczi, 2011b, p. 131).

O autor defende que o “verdadeiro homossexual” ativo possui características distintas, sentindo-se como homem sob todos os aspectos, sendo enérgico, ativo e não apresentando características afeminadas no campo físico nem no psíquico. Nesse caso, o que está invertido é o objeto da sua tendência, e não o seu ego, sendo denominado por Ferenczi como “homoerótico por inversão do objeto de amor”, um “homoerótico de objeto” (Ferenczi, 2011b, p.131)

Ferenczi (2011b) ainda aponta que o homoerótico subjetivo, o invertido, apresenta interesses por homens maduros e fortes, mantendo relações amistosas com as mulheres. O “verdadeiro invertido” como o autor aponta, dificilmente busca atendimento médico por conta do seu homoerotismo, sentindo “perfeitamente bem em seu papel passivo e o seu único desejo é que se conformem com a sua particularidade, sem importunar o modo de satisfação que lhe convém”. (p. 132) O homoerótico subjetivo, segundo o autor, não apresenta muitos conflitos internos, podendo manter por anos ligações felizes, temendo apenas o perigo e a humilhação do exterior.

O homoerótico de objeto, por outro lado, estaria sempre “atormentado pela consciência da sua anomalia” (Ferenczi, 2011b, p. 132), sendo perseguido por culpa e nunca satisfeito com as suas relações sexuais. Segundo Ferenczi, esse é o tipo de homoerótico que busca ajuda médica e que muda frequentemente de parceiro pois não encontra o seu ideal. O homoerótico subjetivo e o de objeto, quando se encontram, formam um par.

Buscando encontrar explicações na história de vida dos pacientes, Ferenczi descreve que na história do homoerótico de objeto:

[...] encontram-se a todo instante os indícios de sua inversão, isto é, de sua natureza efeminada. Desde sua mais tenra infância, ele se imagina na situação de sua mãe e não na de seu pai; desenvolve cedo um *complexo de Édipo invertido*; deseja a morte da

mãe para ocupar o lugar dela junto ao pai e desfrutar de seus direitos; deseja ardentemente os vestidos, as joias dela e, bem entendido, sua beleza e toda a ternura que lhe testemunham; sonha em ter filhos, brinca com bonecas e gosta de vestir-se de mulher. Sente ciúmes da mãe, exige toda a afeição do pai para ele, preferindo admirar a mãe como uma bela coisa de que é ciumento. (Ferenczi, 2011b, p. 134, grifo do autor).

O húngaro também apresenta a influência de fatores externos, como quando são filhos únicos e “mimados”, quando crescem em um meio exclusivamente feminino, quando nascem no lugar de uma filha muito desejada e são criadas como meninas. O autor acrescenta que algumas particularidades físicas como traços de menina e cabelos longos poderiam contribuir para que o menino fosse tratado como uma menina (Ferenczi, 2011b).

Ferenczi (2011b) então conclui que:

Não revelando a análise do invertido, de fato, nenhum afeto que possa modificar fundamentalmente sua atitude atual a respeito do sexo masculino, cumpre considerar a inversão (o homoerotismo de sujeito) um estado impossível de curar pela psicanálise (ou, de modo geral, por toda e qualquer forma de psicoterapia). Entretanto, a psicanálise não deixa de exercer alguma influência sobre o comportamento do paciente; ela suprime sintomas neuróticos que acompanhavam, por vezes, a inversão, em especial a angústia, frequentemente considerável. O invertido confessa mais francamente seu homoerotismo após uma análise (Ferenczi, 2011b, p.135).

E sobre o homoerotismo de objeto, que é um homoerotismo obsessivo, Ferenczi acredita que pode ser suscetível a um tratamento psicanalítico como as outras formas de neurose obsessiva. Ele afirma não ter conseguido curar completamente um caso de homoerotismo obsessivo, mas que pode registrar melhoras significativas, como uma redução na atitude hostil e de repugnância em relação as mulheres e melhor controle da compulsão.

Por fim, ele supõe que a reversão desse tipo de homoerotismo exigiria muitos anos de trabalho analítico (Ferenczi, 2011b).

Assim, Ferenczi (2011b) propõe o termo homoerotismo pois o rótulo homossexualidade seria insuficiente para descrever a diversidade das experiências psíquicas de pessoas homoeroticamente inclinadas. Apesar disso, suas contribuições permanecem no campo do que Reitter (2021) identifica como o dispositivo da heterossexualidade. A forma como a homossexualidade é tratada, não só por Ferenczi, mas como foi por Freud e Lacan, deixa de lado um aspecto que Reitter considera muito importante: a experiência gay.

O interesse na etiologia da homossexualidade — ou seja, na busca por suas “causas” — negligenciou o sofrimento de gays e lésbicas que eram impedidos de exercer seus desejos por medo de punições severas. As peculiaridades dessa experiência, a vivência gay, não eram ouvidas, e não havia um tratamento adequado para o sofrimento causado pela norma heterossexual.

Para o psicanalista argentino Reitter (2021), a experiência gay apresenta características específicas que os psicanalistas não podem ignorar, como o enfrentamento do insulto e a vivência do “armário”. Ele explica que um gay pode optar por permanecer no armário (termo que designa quando alguém esconde sua sexualidade), podendo isso durar a vida inteira, enquanto outro pode se assumir em determinadas situações, ou ainda, querer expressar sua sexualidade independentemente da aceitação alheia. Essas experiências são, portanto, singulares e variam de pessoa para pessoa. Contudo, há um aspecto comum que todos os gays compartilham quando se trata da vivência do armário: cada um, em algum momento, precisará tomar decisões a respeito de sua sexualidade. Da mesma forma, mesmo aquele que nunca foi alvo de insultos, está sempre sujeito à possibilidade de ser ofendido.

Se o analista não compreende algumas questões que formam a especificidade dessa experiência, e não entende que elas não são atribuíveis a esse sujeito em particular, mas à

posição que o sujeito ocupa em relação ao Outro — um Outro que inclui muito mais do que apenas a linguagem ou os pais, abrangendo o sistema educativo, a mídia, o Estado, o discurso médico-psiquiátrico e jurídico, as representações artísticas e toda uma estrutura de poder muito complexa, e, felizmente, nem sempre coerente —, se ele não entende isso, é quase certo que aquilo que escapa à sua escuta aniquilará a subjetividade do analisando. O mais provável é que, em vez de ajudar a resolver a neurose, ele acabe gerando mais culpa e repressão (Reitter, 2021).

Reitter (2021) também comenta sobre a relação entre homossexualidade e paranoia, como vimos nos textos em que Ferenczi contribui com a discussão freudiana sobre o tema, apontando que essa paranoia não poderia ser reduzida a mecanismos psicológicos, afinal, essa resposta considerada paranoica surge da influência dos dispositivos de poder que sustentam o que apresentamos acerca da heterossexualidade compulsória. Trabalhar o homoerotismo dos pacientes pelo viés dos mecanismos psicológicos, seria uma maneira de reforçar esses dispositivos que silenciam o assunto. Como o autor comenta, “estaremos dizendo a esse sujeito que ele tem um problema, quando o problema é muito maior e complexo que um fantasma persecutório, que também pode ser que ele tenha”. (p. 19)

Comentando sobre as acusações que recebe de confundir causas subjetivas com as consequências sociais, Reitter (2021) responde dizendo que alguns psicanalistas levam muito pouco em consideração a dependência que o sujeito tem do Outro. Ele acusa esses psicanalistas de acreditarem que a singularidade seja o único aspecto que conta, que ele considera fundamental, mas que não levar em consideração a dependência que o sujeito tem do Outro pode imperceptivelmente gerar a ideia de onipotência do sujeito, que não dependeria da rede de relações de poder.

O autor explica:

Quero ser bem claro neste ponto: não estou me referindo a um sujeito que se forma em

uma família, num contexto edípico, e então se encontra com certas condições histórico-sociais e certas relações de poder, mas estou dizendo que essas condições e essas relações fazem dele o sujeito que ele é, que já estão presentes na linguagem que o reveste, na família na qual desenvolverá seu drama edípico, que lhe impõe limites muito determinados a partir dos quais se constituirá como sujeito, e talvez e com sério trabalho subjetivo, possa fazer diferença, constituir-se agente de seu próprio discurso, enunciar sua própria verdade, dar uma resposta. (Reitter, 2021, p. 21).

Reafirmando sua posição, Reitter (2021) discorre sobre o fato de que ser sujeito da linguagem implica dependência: “de uma linguagem, a partir dos discursos que a precedem, o colocam em determinado lugar, estabelece limites que este poderá transgredir ou não” (p. 21) e que, mesmo a possibilidade de transgredir surge de um lugar que o sujeito não escolhe. Para ele, as relações de poder são imanentes à linguagem desde o início, não existindo uma linguagem que esteja fora delas.

Assim como outras teorias, Reitter (2021) acredita que se a psicanálise não for revista, não poderá pensar a homossexualidade e outras formas de sexualidade senão como patologia. Ele não acredita que a psicanálise, em si, é homofóbica, afinal, “ela é a única forma de terapia que não pretende ser sugestiva nem diretiva, embora, como o próprio Freud assinalou, haja uma dose não eliminável de sugestão pelo simples fato de que se trabalha com a palavra”. (p. 35)

Para o autor, a psicanálise continua sendo a forma mais poderosa de trabalho sobre a subjetividade, mas que, como qualquer ferramenta poderosa, está repleta de perigos. O que ele acredita que precisa acontecer é:

De que os analistas se deixem interrogar, de que ouçam o que os analisandos têm a dizer, em vez de apegar-se religiosamente à teoria, por mais interessante, valorizada e rica que seja. Enquanto os analistas tentarem encaixar os analisandos no leito



teórico/religioso de Procusto do dogma complexo de Édipo/dogma complexo de castração, como em geral se pensa, eles terão dificuldades para abrir espaços às diferentes formas de viver o amor e o erotismo. (Reitter, 2021, p.36)

Butler (2003) questiona termos psicanalíticos que, para ela, contribuem para a manutenção da heterossexualidade compulsória. Ela questiona a universalização do tabu do incesto, concordando com a ideia de Wittig de que o grande tabu seria o da homossexualidade. Opondo-se a ideia freudiana de que a homossexualidade seria uma inversão do complexo de Édipo, a autora aponta que é a partir da proibição da homossexualidade que gênero e sexo são formados. Ela também critica a formulação de Lacan sobre o simbólico pois, para ela, naturaliza as posições de poder entre os gêneros.

Apesar das críticas, Butler (2003) afirmou que considera a psicanálise uma prática importante, e apresenta algumas sugestões:

Para mim é uma teoria muito importante, uma prática muito importante. Estou envolvida com suas tradições, com sua teoria, quanto a isso não há dúvida. Mas sinto também que ela precisa ser posta em contato com a Teoria Cultural e a Política Cultural, de um modo mais geral. Então eu me vejo arranjando um encontro ou alguma espécie de reunião entre psicanálise e movimentos sociais mais amplos, políticas culturais e questões relativas a gays, lésbicas, bi, trans, intersexo. Preocupa-me o fato de que tantas pessoas nesses movimentos resistam à psicanálise, que julguem que a psicanálise não é mais do que regulação social, normalização. E por outro lado os psicanalistas resistem de verdade a isso, acham que estão trabalhando numa esfera completamente separável da psique, que esta é autônoma, que segue suas próprias regras, como se o que acontece no interior da transferência fosse algo isolado do que ocorre no mundo exterior. Acho que esse não é um antagonismo necessário, porque a psicanálise pode fornecer uma crítica vigorosa da normalização, uma crítica

vigorosa da regulação social, pode nos proporcionar uma teoria da fantasia, pode colocar em questão o corpo natural, pode observar o modo como o poder social toma forma na psique, há várias maneiras de se fazer isso, e acho que os movimentos sociais preocupados com isso podem entender melhor sua própria situação a partir de uma perspectiva psicanalítica. (Knudsen, 2010, pp.166-167).

Ou seja, para Butler a psicanálise é uma importante teoria, inclusive para criticar a normalização e regulação social, mas que deve conversar com outras teorias como a Cultura, Política a teoria *Queer*. A autora, inclusive, utiliza de conceitos psicanalíticos para desenvolver seu pensamento sobre a criação do gênero a partir de uma melancolia de gênero. É válido destacar que Butler realiza uma pesquisa envolvendo cultura e psicanálise, e que suas reflexões não partem de um contexto de clínica psicanalítica.

A indicação de Butler de que é importante que a psicanálise debata com outros saberes é pertinente pois, como vimos em Reitter (2021), a “homossexualidade” ou o “gay” não seriam categorias da psicanálise, mas que existe uma especificidade nessas experiências que seria importante considerar na escuta de pacientes dissidentes. Existe o que ele chama de “experiência gay”, que se trata do que o sujeito passa pelo fato de ser homossexual, como o insulto e a saída do “armário”.

Para o autor, é importante que psicanalistas acessem obras que falem sobre a “experiência gay”, além dos estudos sobre a sexualidade a partir das pesquisas de Freud pois, mesmo compreendendo que em psicanálise tratamos o singular, o “caso a caso”, existe uma questão que atravessa a violência experienciada por pessoas LGBTQIA+: as relações de poder. Ignorar esse fato seria, para Reitter, utilizar a própria psicanálise como instrumento de uma política de normalização e psicopatologização (Reitter, 2021).

Parece-me que é muito importante que o analista entenda que além do mal-estar, o sofrimento neurótico, que tem a ver com o fato de que não é fácil para ninguém

encarregar-se da própria existência, um sujeito que faz parte do chamado coletivo LGBTQIA+ tem de conviver permanentemente com uma hostilidade e um comando de silêncio (que é, em última análise, um comando de existência), que não provêm de seu superego, mas de uma ordem simbólica que lhe atribui um lugar inferiorizado na ordem sexual e social. (Reitter, 2021, p.56).

Um outro ponto em relação a psicanálise é que, por mais de cinquenta anos, a Associação Internacional de Psicanálise (IPA), criada por Freud, proibia homossexuais de se tornarem psicanalistas. Essa regra não estava escrita, como Bulamah (2020) aponta em seu livro “História de uma regra não escrita: A proscrição da homossexualidade masculina no movimento psicanalítico”, mas não deixava de ser a posição da IPA. Os homens gays que se tornavam psicanalistas o faziam por esconderem sua própria homossexualidade.

É válido destacar que essa não era a posição de Freud (Bulamah, 2020; Reitter, 2021) mas de Ernst Jones que desaconselhou os membros do Comitê Secreto que homossexuais deveriam ser excluídos da formação analítica. Essa também não foi a posição de Jacques Lacan, sendo o primeiro a romper radicalmente com essa posição, analisando homossexuais sem a proposta de curá-los, e muito menos os impedindo de tornarem-se analistas.

Ainda sobre a proposta de Reitter (2021) de que os analistas não deveriam ignorar as consequências das relações de poder, Ferenczi pode contribuir com o debate a partir de sua teoria do trauma e de aspectos que são evidenciados em toda sua obra. Não se trata do que o psicanalista húngaro debateu sobre a homossexualidade em si, mas sobre as modificações que ele propõe na técnica psicanalítica a partir do seu comprometimento com aqueles que poderiam ser mais prejudicados do que ajudados por uma psicanálise clássica.

É importante destacar que Ferenczi viveu em um período (1873-1933) onde muitos debates importantes da atualidade não existiam, e que segundo Gondar (2022) “Nenhum pensador está acima das circunstâncias históricas às quais ele pertenceu” (p.176). E que, “Se

continuamos a ler e a redescobrir Ferenczi, é porque seu pensamento pôde atravessar as fronteiras do tempo e chegar até nós, instigando ideias novas e iluminando problemas que não eram nem mesmo enxergados em sua época” (p. 176).

Paul Preciado, convidado a palestrar para uma plateia de 3.500 psicanalistas em Paris, se apresentou como um monstro: “Eu sou o monstro que vos fala”. O filósofo que se apresentou como um homem trans não-binário, teceu críticas a psicanálise, principalmente ao se referir sobre o regime de diferenciação sexual, no qual o autor coloca-se radicalmente contra. Ele sugere que seria necessária uma mudança de paradigma, colocando a diferença não como uma patologia, mas como uma realidade possível (Preciado, 2022).

Uma transição na prática clínica implica uma mudança de posição: o objeto de estudo se torna sujeito, e aquele que até o presente é o sujeito aceita se submeter a um processo de estudo, questionamento e experimentação. Desaparece a dualidade sujeito/objeto, e em seu lugar surge uma nova relação que conduz conjuntamente a mudar e a tornar-se outro. Trata-se de aprender juntos a curar nossas feridas, de abandonar as técnicas da violência e a inventar uma nova política de reprodução da vida em escala planetária. (Preciado, 2022, p. 88).

Gondar (2022) compreende que as provocações de Preciado devem ser levadas a sério, e que os teóricos que atualmente debatem sobre gênero têm muito a contribuir com o nosso modo de conceber as sexualidades. Além disso, a autora defende que a psicanálise também pode contribuir com o debate e, para isso, ela cita as contribuições ferenczianas, colocando o autor como um clínico conhecido por se furtrar as normas.

Apresentaremos, a seguir, a teoria do traumático para Ferenczi e sua relação em um contexto de trauma social.

## **4 A DIMENSÃO SOCIAL DO TRAUMA NA HOMOFOBIA A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE SÁNDOR FERENCZI**

### **4.1 O traumático para Sándor Ferenczi**

Embora seja possível identificar características da teoria do trauma em toda sua obra, é a partir de virada de 1928 (Kuperman, 2019) que o psicanalista húngaro aprofunda sua discussão sobre o tema. O esforço teórico do autor emerge do seu encontro com pacientes gravemente traumatizados, não-neuróticos, considerados, muitas vezes, inalisáveis.

Em 1928, Ferenczi publica o artigo “A adaptação da família à criança”, iniciado por um comentário do próprio autor acerca da natureza da estranheza que o título dado ao seu escrito poderia provocar por sugerir que aconteça uma adaptação da família à criança, e não o contrário, como costumava-se pensar. No referido artigo, o autor reforça a importância da adaptação da família para que aquele bebê possa ser recebido de uma forma acolhedora, protegido do excesso de estímulos, a fim de reduzir o impacto da mudança de ambiente. Após o nascimento, “o bebê é deitado no quente, protegido ao máximo das excitações ópticas e acústicas incômodas; eles fazem a criança esquecer efetivamente o que se passou, como se nada tivesse acontecido” (Ferenczi, 1928a/2011, p.5) Essa adaptação objetiva diminuir o impacto da nova realidade em que o bebê está submetido.

Discordando de Rank (2016), Ferenczi não acredita que há um trauma do nascimento no sentido fisiológico, pois “não havia nenhuma mudança nem evolução, na vida, para as quais precisamente o indivíduo estivesse mais bem preparado do que para o nascimento” (Ferenczi, 1928a/2011 p.4-5). O nascimento é, para ele, um triunfo, e seria o “instinto dos pais”, como afirma o autor, a condição para uma boa acolhida ao mundo. Ou seja, o trauma não seria no nascimento em si, mas em como esse bebê é cuidado nos primeiros momentos de vida.

Seguindo essa lógica, os traumas acontecem quando esses “instintos” dos pais falham. Ele adverte sobre alguns momentos importantes do desenvolvimento das crianças e, como primeiro momento importante ele cita o desmame, o qual marca a passagem de um modo passivo de nutrição para uma mastigação ativa, não se tratando apenas de uma mudança fisiológica, mas também psicológica, influenciando a relação das crianças com os objetos. (Ferenczi, 1928a/2011).

Ele adverte:

Num dos estágios precoces do desenvolvimento embrionário, uma simples picada de alfinete, um leve ferimento, pode impedir a formação de toda uma parte do corpo [...]. Num quarto onde existe uma única vela, a mão colocada perto da fonte luminosa pode obscurecer metade do quarto. O mesmo ocorre com a criança se, no começo de sua vida, lhe for infligido um dano, ainda que mínimo: isso pode projetar uma sombra sobre toda sua vida. (Ferenczi, 1928a/2011 p.5-6).

O segundo momento importante no desenvolvimento que chama a atenção de Ferenczi é o momento de aprendizagem do asseio pessoal, considerada por ele como uma das fases mais difíceis. Ele aponta a importância de os adultos estarem atentos a esse período, para conseguir avaliar as dificuldades que as crianças enfrentam. É importante que as crianças possam agir conforme os seus impulsos nessa época, até certo ponto, criando a possibilidade de sublimá-los. Não se deve extirpar prematuramente essas necessidades, e nem as tratar como algo maligno (Ferenczi, 1928a/2011).

O terceiro momento apontado por ele nesse texto se refere a sexualidade e infantil e como os adultos lidam com ela. Ele adverte que os médicos precisam agir com tato quando os pais levam questões sobre a masturbação infantil, por conta da excessiva angústia que esse momento pode causar. Ele também aponta sobre uma confusão causada quando as crianças demonstram seu interesse em saber sobre de onde vieram os bebês, e receberem respostas

estritamente fisiológicas, onde a situação pode ser explicada apenas com o teor de reprodução, excluindo o valor erótico e prazeroso da situação. Isso, por que, segundo ele, *“De fato, a criança tem necessidade do reconhecimento do valor erótico (sensual) dos órgãos genitais.”* (p.10, grifo do autor), e, como deixam essa parte de fora da questão, as crianças não acreditam no que os adultos estão dizendo. Elas desejam ouvir uma “confissão” de que os órgãos genitais têm funções libidinais. Por não obterem essa confissão dos adultos, podem sentir-se culpadas por sentirem prazer nas zonas genitais. Ferenczi escreve como exemplo: “Que criatura imunda eu sou por ter sensações voluptuosas em meu sexo, quando meus pais, a quem venero, só utilizam esses órgãos para ter filhos”. (p.10) A partir dessa mentira, pode haver um abismo na relação entre a criança enganada e seus pais. (Ferenczi, 1928a/2011).

O quarto e último evento possivelmente traumático descrito por ele, trata-se do momento de maior independência da criança, relacionado ao conflito edipiano. Antes, o que a criança falava sobre se casar com a mãe quando o pai morrer, por exemplo, não era tomado com uma conotação sexual, e, a partir de certa idade, os pais passam a se incomodar com tal declaração, punindo a criança. Nesse momento, Ferenczi discorre sobre a constituição do superego, a partir da interação do ego com uma parte do ambiente. Vale sublinhar que uma severidade excessiva dos pais para com o filho pode gerar um superego extremamente rígido. (Ferenczi, 1928a/2011)

Portanto, a partir da ideia de adaptação, ele propõe que os pais e cuidadores atravessem, com seus filhos, os momentos acima citados, diminuindo a possibilidade de ocorrência de traumas. O que atrapalha, segundo ele (Ferenczi, 1928a/2011) é o “esquecimento de sua própria infância [...] Essa falta de apreensão de sua própria infância é o obstáculo maior que impede os pais de compreender as questões essenciais a educação” (p.2).

É fundamental ressaltar que o conceito de trauma trabalhado por Ferenczi, nesse momento de sua obra, não se refere às ações perversas dos adultos em relação às crianças,

mas sim à sua integração regular na sociedade civilizada. Ele sugere que há maneiras de lidar com tais situações que não resultariam em desconforto desnecessário ou insuportável para a criança, diminuindo a possibilidade de incidência de traumas. Em outras palavras, essas abordagens não causariam feridas que deixariam marcas dolorosas em sua estrutura egóica, permitiriam sublimações eficazes, preservariam sua confiança nos adultos e, por fim, não a submeteriam a um superego cruel (Dean-Gomes, 2019). Nesse período, Ferenczi não está falando de um trauma desestruturante, como apresentaremos posteriormente, mas sim de um o trauma estruturante, que surge a partir de situações que se dá durante o desenvolvimento humano, propiciando uma reorganização psíquica.

Além disso, Dean-Gomes (2019) nos diz:

Desse modo, queremos dizer que, para além dos estímulos externos que ultrapassariam o limite do loteável pelo bebê, há um mundo de excitações internas que também só podem ser suportadas pelo infante com o auxílio do ambiente – o problema do desmame demonstra isso com mais clareza. Os objetos externos, os pais, em sua interação com o bebê, têm a possibilidade de auxiliá-lo a constituir um psiquismo sadio para suportar, não sem sofrimento (mas sem efeitos traumatizantes), tais excitações. Porém, caso algo lhes iniba os “instintos paternos”, podem faltar com a sensibilidade para cumprir essa tarefa, implicando na construção de uma estrutura psíquica que reagiria com mais fragilidade às imposições de seu mundo instintivo e pulsional e do além de si. (p.329)

Continuando com a ideia de adaptação, Ferenczi publica em 1929, um importante texto: “A criança mal acolhida e sua pulsão de morte”. Nele, o psicanalista discorre sobre as suas hipóteses acerca do que pode acontecer caso a criança não seja bem-vinda na família. Retomando a ideia freudiana da separação quase perfeita entre as duas pulsões, exemplificada através do ataque epilético, onde a pulsão de morte predomina através de uma tendência a



autodestruição, Ferenczi interpreta dois casos de espasmos na glote, em contextos nos quais as crianças não haviam tido a acolhida necessária, como tentativa de suicídio por autoestrangulamento.

A partir da escuta das histórias de vida dos pacientes, Ferenczi compreende que ambos foram hóspedes não bem-vindos na família. Assim, não houve um bom acolhimento e, pensando no texto anterior, podemos dizer que não houve uma boa adaptação. Por isso, defesas contra a pulsão de morte não foram bem estabelecidas, podendo causar diversas complicações, inclusive doenças orgânicas como a asma, epilepsia e diversos eventos somáticos. Nesse sentido, os menores acontecimentos no decorrer da vida podem suscitar desejos de morrer, pessimismo moral e dificuldade de confiar.

Ferenczi (1929/2011) diz:

Eu queria apenas indicar a probabilidade do fato de que crianças acolhidas com rudeza e sem carinho morrem facilmente e de bom grado. Ou utilizam um dos numerosos meios orgânicos para desaparecer rapidamente ou, se escapam a esse destino, conservarão um certo pessimismo e aversão a vida. (p. 58)

Para Dean-Gomes (2019) é importante que os termos “carinho” e “rudeza” sejam enfatizados pois, aqui, não se trata de componentes fisiológicos ou culturais. Se as crianças precisam ser protegidas contra a rudeza, o carinho aparece como necessidade fundamental. Assim, “o carinho é elevado como a um condicionante das possibilidades de constituição do psiquismo” (p.333). Portanto, Ferenczi considera que:

A “Força vital” que resiste às dificuldades da vida não é, portanto, muito forte no nascimento; segundo parece, ela só se reforça após a imunização progressiva contra os atentados físicos e psíquicos, por meio de um tratamento e de uma educação conduzidos com tato. (Ferenczi, 1929/2011, p.59).

Pensando no tratamento desses pacientes que foram hóspedes não bem-vindos, Ferenczi cita seu célebre trabalho publicado no ano anterior: “A elasticidade da técnica psicanalítica”, de 1928b, onde ele propõe algumas modificações na técnica, para tratar determinados pacientes. Ele relata que, pouco a pouco, percebeu que deveria diminuir as exigências quanto a capacidade de trabalho dos pacientes em análise. Citando a ideia de Anna Freud sobre a preparação necessária inicialmente no tratamento de crianças, ele diz que se deve deixar, durante algum tempo, o paciente desfrutar da possibilidade de ser irresponsável, sem muitas exigências, introduzindo impulsos de vida e “razões para se continuar existindo” (p.59) para que, só depois, seja possível introduzir as exigências de uma análise caracterizada pela frustração. O objetivo da análise desses pacientes não seria diferente do propósito clássico da psicanálise, mas, deve ser conduzido com elasticidade e tato.

Em setembro de 1932, Ferenczi apresentava o texto “Confusão de língua entre os adultos e a criança” no XII Congresso Internacional de Psicanálise em Wiesbaden, último trabalho do autor exposto e publicado em vida. Houve uma grande polêmica envolvendo a apresentação antes mesmo que ela acontecesse, pois Ferenczi apresentou o texto a Freud, que não aprova as construções teóricas sobre o trauma realizadas. Era um retorno a sua teoria da sedução, seguida de outros desdobramentos.

Nesse texto, Ferenczi (1933/2011) apresenta o que podemos identificar como uma síntese de seus achados, pois engloba ideias já comentadas por ele, em outros contextos. Ele aponta a realidade dos abusos sexuais, a partir da sua experiência clínica, que ocorre em famílias de todas as classes socioeconômicas. O abusador é, em geral, alguém próximo a criança. Ele relata uma cena em que uma criança, com sua linguagem da ternura (sexualidade infantil), se aproxima de um adulto em que confia, enquanto este responde com sua linguagem da paixão (sexualidade genital), francamente erótica e com fins sexuais. Ocorre, assim, o evento sexual, e a relação entre a criança e o adulto muda completamente, pois este,

sentindo-se culpado, destrata e se distancia da criança, deixando a entender que algo errado aconteceu.

Pinheiro (1995), comentando sobre o texto acima citado, compreende a história que Ferenczi conta como um mito, que obedece a uma certa ordem temporal, e que o debate acerca da realidade dos fatos é imprescindível. Essa história, que conta com três personagens, uma criança e dois adultos, apresenta uma situação de violência sexual que, como aponta a autora, está ali como prova real do evento, mas não para determinar o fator traumático.

O traumático ocorre, para Ferenczi, não necessariamente devido o evento sexual. Como explica Kuperman (2019), este ocorre em três tempos: O primeiro, nomeado de tempo do indizível, acontece no primeiro momento do disparador da traumatogênese, onde uma criança é violada pelo adulto amado, ato deflagrador de dor e de um excesso de excitação irrepresentável. O segundo tempo seria o do testemunho, em que a criança buscaria uma segunda pessoa de confiança, um outro adulto para auxiliá-la a nomear o indizível. O tempo do desmentido é o terceiro e último, que ocorre a partir do fracasso do tempo do testemunho, tornando a violência sofrida efetivamente traumática. Para Ferenczi, o desmentido é o pior momento, a partir da afirmação de que nada aconteceu.

Ou seja, a criança violada buscaria um outro adulto de confiança, e este, duvidando da seriedade dos fatos e acreditando ser uma fantasia/mentira de criança, desautoriza aquele discurso, desmentindo a experiência, traumatizando. É válido destacar que a criança não busca o outro adulto apenas através de uma fala, mas de um discurso que também pode ser identificado em seu corpo, cujo sofrimento também se expressa pela impossibilidade de relatar.

A fim de apontar a reação após o acontecido traumático, ele descreve o estado de comoção psíquica como uma "agonia psíquica e física que acarreta uma dor incompreensível e insuportável" (Ferenczi, 1933/2011, p. 79), e, diante dessa dor insuportável advinda de um

choque que “é equivalente à aniquilação do sentimento de si, da capacidade de resistir, agir e pensar com vistas à defesa do Si mesmo” (1933/2011, p. 109), a criança vê-se obrigada a “se submeter à vontade do agressor, a adivinhar o menor dos seus desejos, a obedecer, esquecendo-se completamente de si, e a se identificar totalmente com o agressor” (Ferenczi, 1933/2011, p. 102). Essa identificação ocorre como estratégia de sobrevivência devido a impossibilidade de rompimento com o agressor, por este ser, muitas vezes, um adulto ao qual a criança depende.

Pinheiro (1995) aponta que essa identificação com o agressor não é uma consequência da violência em si, mas da culpa que o agressor sentiria após o ato, e como esse sentimento seria incompreensível para a criança. Ela explica que o trauma se torna desestruturante a partir da situação de desmentido.

Ela diz:

Ferenczi se refere aos traumas como sendo, na maior parte das vezes, estruturantes e remete-os a uma cadeia filogenética pré-inscrita, na qual, além de inevitáveis, são necessários. Cada um deles corresponde a uma confusão de línguas e a uma violência efetiva praticada contra a criança. Algo necessariamente excessivo e qualitativamente diferente é oferecido à criança, desde a erogeneização do corpo do “infans” até a mais banal das infrações - se é que podemos falar assim - imposta a organização psíquica infantil. A ela o ser humano estaria escravizado filogeneticamente, sendo-lhe impostas a repetição e a alucinação negativa como únicas alternativas psíquicas. (Pinheiro, 1995, p.69)

Em Ferenczi, o trauma torna-se desestruturante, como vimos, a partir da situação de desmentido, onde a criança recebe como resposta o silêncio, punições e desautorização de suas impressões. Devido a precariedade de seus recursos psíquicos e, sem obter ajuda de um terceiro, a criança fica abandonada a própria sorte.

Sobre o desmentido, Pinheiro (1995) critica a forma como esse conceito é discutido por Ferenczi, acreditando que ele se perde ao justificá-lo, colocando a verdade de um lado, e a mentira do outro. Ela diz que a partir dessa perspectiva, “o fato real está para a verdade assim como a fabulação está para a mentira. Ao separar os dois blocos com conotações diferentes e de forma maniqueísta, teremos a facção do bem e a facção do mal.” (p.74)

Pinheiro (1995) critica essa postura a partir da contribuição freudiana de que o valor da realidade é relativo quando lidamos com o psiquismo, pois o registro psíquico é composto tanto de eventos reais, quanto de fantasia. Ela também nos alerta que, ao colocar a verdade e a mentira como diametralmente opostas e sem possibilidade de encontro, Ferenczi aponta para a ausência de polissemia dos enunciados, destacando sua univocidade. Ao separar a realidade da fantasia dessa maneira, “o adulto rouba à fala da criança o sentido ambíguo das palavras, sua polissemia, encarcerando-as na univocidade. Resta a criança engolir esta palavra de sentido unívoco e desprovida de ambiguidade.” (p.76)

Sobre o desmentido, Ferenczi (1931/2011) aponta que, como consequência dessa situação tão violenta para o psiquismo infantil, ocorre uma “autoclivagem narcísica”, que é uma “clivagem da pessoa numa parte sensível, brutalmente destruída e uma outra que, de certo modo, sabe tudo, mas nada sente.” (p.88). Ainda sobre esse processo, ele diz que: “Tudo se passa verdadeiramente como se, sob a pressão de um perigo iminente, um fragmento de nós mesmos se cindisse sob a forma de instância autoperceptiva que quer acudir em ajuda, e isso desde os primeiros anos de infância.” (p.89)

Sobre isso, Ferenczi se refere a um trabalho seu de 1923, quando ele conta o sonho de um bebê sábio, onde uma criança sábia aparece aconselhando os adultos, como se tivesse mais experiência que aqueles. Isso aponta para o que ele chama de progressão traumática, uma espécie de prematuração que ocorre a partir de uma cisão.

Dean-Gomes (2019) nos explica que:

Trata-se de uma resposta possível ao objeto externo que falha: dá-se uma cisão em que a parte mais externa do ego, em contato com a realidade, é extremamente investida para proteger o núcleo dessa instância, que fica em estado de torpor ou quase morte. Ou seja, por uma supercompensação, uma parte do ego fica bem viva (uma área muito adaptada e responsiva não integrada) para cuidar de outra, completamente ameaçada. Em suma: um mundo adulto desadaptado para corresponder as necessidades narcísicas da criança poderia implicar que essa tivesse de amadurecer rapidamente para suprir o que faltou no campo intersubjetivo. (p.387).

A cisão provocada pela identificação com o agressor torna a criança ao mesmo tempo inocente e culpada (Ferenczi, 1933/2011) e, sem conseguir acreditar em suas próprias percepções. Um efeito dessa identificação é, também, um tipo de amadurecimento precoce. A criança mimetiza faculdades propriamente adultas, com a parte clivada que tudo sabe. (Kuperman, 2019). Ferenczi (1933/2011) ilustra essa ideia como os “frutos que ficam maduros e saborosos depressa demais, quando o bico de um pássaro os fere, e na maturidade apressada de um fruto bichado.” (p.104)

Para Sales et al. (2016) na teoria freudiana, a cisão também entra em cena como reação a um extremo sofrimento apresentado ao eu. Eles nos lembram que, a partir de 1920, o trauma para Freud (1920) passa a ser compreendido pela exposição do psiquismo a intensas formas de estímulo, sem a possibilidade de elaboração. A clivagem seria, então, uma tentativa falha de manejar a situação e, enquanto o recalque retorna através de sintomas, estes passíveis de interpretação, a clivagem funciona de um modo mais arcaico, inviabilizando a possibilidade de contato com o elemento traumatizante.

A noção de clivagem, como vimos, foi ampliada por Ferenczi através da compreensão das consequências desse mecanismo que surge através de um trauma. Sobre isso, Sales et al. (2016), apontam que nem todo trauma seria necessariamente patológico, sua natureza

desestruturante só se manifesta quando um estímulo externo excede um limiar específico, tornando-se impossível de ser metabolizado e integrado ao funcionamento psíquico. Eles dizem que “uma das diferenças mais importante entre a perspectiva freudiana e ferencziana a esse respeito é que, para Ferenczi, a capacidade de ligação também vai depender largamente da qualidade das respostas do ambiente” (p.63), portanto, “o jogo intersubjetivo definirá se o trauma será estruturante ou desestruturante” (p.63).

Apesar do teor desestruturante e dos prejuízos causados, a clivagem possui um viés positivo pois, ao preservar a linguagem da ternura, permite ao sujeito manter minimamente uma integridade psíquica. A criança sucumbe a esse mecanismo porque não consegue renunciar ao adulto agressor como objeto idealizado; diante da decisão entre abandoná-lo e fragmentar-se, opta pela última. Essa opção torna o agressor inocente e a criança culpada e, na esperança de internalizá-lo, o mantém como objeto de afeto, preservando a linguagem da ternura. Assim, apesar das suas consequências nefastas, é a clivagem que permite à criança sobreviver ao trauma (Sales et al., 2016).

O desmentido sendo o pior em uma situação traumática, como aponta Ferenczi, é que torna o fato desestruturante. E, a partir da compreensão desse aspecto relacional, o entendimento do traumático pode ser pensado em uma esfera social e política, como apresentaremos a seguir.

#### **4.2 Ferenczi e a dimensão social do trauma: hipocrisia e desmentido na homofobia**

O desmentido sendo o “pior” aspecto da traumática, surge de uma situação relacional, onde Ferenczi conta a história de um adulto, que viola sexualmente uma criança, e outro adulto, que desacredita. Assim, ele “abre caminhos para a concepção de trauma social, indicando que o não reconhecimento da narrativa de sofrimento de um sujeito em condição de vulnerabilidade implica no desmentido de sua experiência e de seu testemunho pelo outro a quem se recorreu no campo social e político” (Kupermann, 2019 p.77)

Sobre isso, Gondar (2012) aponta:

Por desmentido, entenda-se o não reconhecimento e a não-validação perceptiva e afetiva da violência sofrida. Trata-se de um descrédito da percepção, do sofrimento e da própria condição de sujeito daquele que vivenciou o trauma. Portanto, o que se desmente não é o evento, mas o sujeito. (p.196)

Apesar de ter construído esse modelo a partir de histórias familiares que violavam uma criança abusada, ele não “privilegia personagens, e sim relações. Relações de poder, de dependência, de desvalorização, de desrespeito; em suma, relações políticas, na mesma medida em que afetos como vulnerabilidade, ambivalência, humilhação e vergonha podem ser considerados, como propõe Homi Bhabha, afetos políticos” (Gondar, 2012. p196)

Essa ideia de dissimetria já se encontra em seu primeiro artigo psicanalítico, publicado em 1908: “Do alcance da ejaculação precoce”. Nesse artigo, o húngaro denuncia que, naquela época, os textos psicanalíticos acerca do tema contribuíam para uma compreensão do sofrimento masculino e excluía o sofrimento das mulheres. Ferenczi falava de uma relação heterossexual, e aponta que, em relação ao orgasmo das mulheres, a ejaculação do homem sempre seria precoce, pois muito comumente o homem chega ao orgasmo antes da mulher. Ele diz: “[...] só o egoísmo masculino, sobrevivência do velho regime patriarcal, pôde desviar a atenção dos homens... logo, dos médicos, deste problema” (Ferenczi, 1908/2011, p.2)

Segundo Borgogno (2004 apud Gondar, 2022), já em seu texto inaugural, Ferenczi antecipa todo o seu projeto clínico-político ao denunciar, ao longo de sua trajetória, os modos como mulheres, crianças e pacientes considerados difíceis eram submetidos a constrangimentos impostos não apenas pela sociedade e pela família, mas também pela própria clínica psicanalítica, que tendia a uniformizá-los segundo suas normas e exigências.

A percepção de trauma para Ferenczi pode ser pensada em uma dimensão social pois, a partir da perspectiva de que o traumático ocorre em um aspecto relacional, é possível refletir



sobre os impactos do descrédito vivenciado coletivamente, como em um grupo de pessoas que vivencia esse tipo de violência juntos. É importante destacar que apesar da experiência ser coletiva, os desdobramentos do possível trauma ocorrem individualmente.

Comentando estudos no campo da sociologia, baseados em uma perspectiva de um trauma social, Gondar (2012) aponta trabalhos desenvolvidos na perspectiva do trauma causado a grupos por grandes catástrofes, ocasionadas por acidentes naturais ou pela violência humana. Ela indica como o acidente em si não causaria a destruição dos vínculos entre os sujeitos, mas que seriam as ações provocadas pelos humanos que não reconhecem os seus erros que poderiam romper com a confiança deles em si mesmos e no mundo.

Ainda sobre o reconhecimento, Gondar (2012) apresenta a relação que Ferenczi faz com um dito popular de sua região, com o termo “*katonadolog*” que seria o equivalente a “meninos não choram” ou “você já está muito grande pra isso”, denunciando a forma banal em que alguns adultos lidam com injúrias sofridas por crianças, e o desmentido surge na incapacidade desses adultos de perceber os poucos recursos materiais e simbólicos das crianças diante de situações de violência.

A partir do mito ferencziano que exemplifica a sua teoria do trauma, podemos pensar em outras situações que ocorrem no âmbito social promovendo desmentidos com relação ao sofrimento comum a coletivos de pessoas, como ocorre com a homofobia. A questão que Butler (1990/2003) chama de heterossexualidade compulsória define os conceitos de sexo e gênero, colocando a heterossexualidade como a norma, propondo uma hierarquia onde a homossexualidade aparece como anormal. Assim, em uma situação de homofobia, onde um homem gay sofre algum tipo de violência, ele parece ao mesmo tempo culpado, já que não é heterossexual, não faz parte da maioria, da norma.

A heterossexualidade compulsória promove uma desautorização do sofrimento advindo da violência homofóbica pois a culpa é inserida na própria vítima. Ela sofreu por não

ser heterossexual, e não ser heterossexual está errado, é imoral. Logo, ela não é vítima, é a culpada pela própria violência. Os responsáveis não seriam culpados, apenas estariam promovendo a manutenção da heterossexualidade como norma social. Nesse sentido, essa norma social desautoriza o sofrimento oriundo da violência sofrida pelas pessoas não heterossexuais, minimizando a discriminação. E, como Gondar (2012) aponta, o que se desmente não é o evento em si, mas o próprio sujeito.

Os estudos de gênero nos mostram que as noções de masculino e feminino surgem a partir de imposições de normas sociais, expressas com base no que Butler (1990/2003) define como performatividade. A ideia de performatividade indica que não há uma diferença universal entre os gêneros, mas sim uma construção social resultante da repetição de comportamentos. Assim, qualquer pessoa que realize comportamentos considerados femininos ou que se desvie da norma de gênero pode ser discriminada, mesmo que seja heterossexual.

Portanto, aqueles que não se alinham a essas normas encontram dificuldades de aceitação pela sociedade, ficando expostos aos diversos tipos de violência física e psicológica. Segundo o Grupo Gay da Bahia, ONG que reúne dados referentes a violência contra pessoas LGBTQIAPN+ desde 1980, O Brasil foi o campeão mundial de homicídios e suicídios de pessoas LGBTQIAPN+ no ano de 2023. De acordo com o Anuário de Segurança Pública, o estado que mais mata essa população é o Ceará, liderando a pesquisa por três anos seguidos, de 2021 a 2023.

Os dados alarmantes apresentam a realidade da exposição que a população LGBTQIAPN+ está exposta, tanto em aspectos físicos quanto psicológicos, pois os dados do Grupo Gay da Bahia também incluem mortes por suicídio. Diferente da violência física, que deixa marcas, muitas vezes, visíveis através dos hematomas, a discriminação deixa marcas de outra maneira.

Ferenczi apresenta uma teoria que coloca o desmentido como o pior em uma situação traumática, fazendo com que a experiência seja desestruturante. Sua teoria propõe, como vimos, um aspecto relacional nessa dinâmica, que possibilita a expansão dessa reflexão para um contexto social. Assim, a heteronormatividade compulsória promove um desmentido ao passo que desautoriza a experiência homossexual, promovendo a discriminação dessas pessoas. Para que a experiência seja creditada, é necessário que a heterossexualidade não seja a única expressão de uma sexualidade “natural”, legítima.

Nessa situação ocorre o que Pinheiro (1995) aponta que acontece na situação traumática, onde o adulto encarcera as palavras da criança em uma univocidade. Quando se trata de sexualidade, a heterossexualidade compulsória propõe essa univocidade, excluindo a possibilidade da polissemia que, assim como uma palavra pode conter múltiplos significados, a experiência sexual pode ser interpretada de diferentes maneiras dependendo do contexto histórico, social e cultural. Essa polissemia da sexualidade se reflete na multiplicidade de expressões de identidade de gênero, orientações sexuais e práticas sexuais, as quais desafiam concepções tradicionais e binárias de sexualidade.

Essa univocidade da experiência sexual aparece no exemplo de Preciado (2019) em seu texto “Quem defende a criança queer?”, ao comentar sobre uma experiência violenta que teve quando criança:

Lembro-me do dia que madre Pilar nos pediu, em meu colégio de freiras, que desenhassemos nossa família no futuro. Eu tinha sete anos. Desenhei-me casada com minha melhor amiga, Marta, com três filhos e vários cães e gatos. Tinha desenhado minha própria utopia sexual, na qual reinavam o amor livre, a procriação coletivizada, e na qual os animais gozavam de estatuto político humano. (p.68)

Nessa época, Preciado (2019) não havia passado pelo processo de transição de gênero, e vivia como uma menina. O autor continua:

Poucos dias depois, o colégio enviou uma carta para minha casa aconselhando meus pais a me levarem a um psiquiatra para cortar o quanto antes um problema de identificação sexual. A visita ao psiquiatra veio acompanhada de fortes represálias. O desprezo do meu pai, a vergonha e a culpa de minha mãe. Espalhou-se no colégio a ideia de que eu era lésbica [...] “Sapatona nojenta”, diziam, “vamos estuprar você para ver se a prende a trepar como Deus manda.” Tive pai e mãe, e, no entanto, eles não foram capazes de me proteger da repressão, da humilhação, da exclusão, da violência. (Preciado, 2019, p.68).

O comportamento de Paul, que fugia da norma social de como uma menina deveria fantasiar sua família, gerou uma série de violências e, como ele aponta, seus pais foram incapazes de protegê-lo. Essa fala ilustra o que acontece com muitas crianças que fogem dessa norma, e é digno de atenção, também, a ida ao psiquiatra, com o discurso médico que fundou o “homossexualismo e homossexualidade” e seu teor degradante. (Costa, 1992)

Como Kupermann (2019) aponta, em Ferenczi, “o paradigma maior do trauma é o abandono, na forma da indiferença em relação à experiência de sofrimento do outro” (p. 14). Essa indiferença, característica do trauma, leva a um comprometimento da confiança nas próprias percepções e a uma anestesia afetiva, resultando em uma subjetividade incapaz de resistir. Assim, o sujeito se torna refém dos imperativos dos ideais vigentes nas instituições responsáveis pela manutenção das normas sociais.

A experiência de Preciado (2019) é parecida com a de muitas crianças que apresentam comportamento distante da norma sexual. A família e a escola são as principais instituições sociais nas quais os indivíduos estão imersos desde a infância. Portanto, essas instituições

frequentemente desempenham papéis importantes na promoção da homofobia, ao reforçar normas de gênero rígidas e comportamentos heteronormativos. A escola pode perpetuar essas ideias ao promover bullying e silenciamento do debate sobre gênero e sexualidade. Essas práticas institucionalizadas, muitas vezes involuntárias, podem reforçar o ciclo de exclusão e marginalização que perpetua a homofobia na sociedade.

É válido destacar que em uma situação de desmentido, de desautorização e incapacidade de ouvir o testemunho da violência sofrida, encontra-se a insuportabilidade de estar diante de alguém vulnerável, e da evocação das próprias violências sofridas em sua história (Kupermann, 2019).

Por isso, ao relatar o fato acontecido em sua infância, Preciado (2019) afirma que “Embora tivesse um pai e uma mãe, a ideologia da diferença sexual e da heterossexualidade normativa privou-me deles”. (p.71) O indizível da experiência do autor se tornou inaudível, inviabilizando a possibilidade de cuidado pelos seus pais.

A situação vivenciada por Preciado evoca um tema abordado por Ferenczi (1908/2011) em um dos seus primeiros textos publicados como psicanalista, “Psicanálise e pedagogia”, antes mesmo do desenvolvimento de sua teoria do trauma. Ele inicia o texto apresentando a seguinte ideia:

O estudo das obras de Freud e as análises pessoalmente efetuadas podem convencer todos nós de que uma educação defeituosa é não só a origem de defeitos de caráter mas também de doenças, e de que a pedagogia atual constitui um verdadeiro caldo de cultura das mais diversas neuroses. Mas a análise dos nossos pacientes leva-nos, queiramos ou não, a rever igualmente a nossa própria personalidade e suas origens; daí extraímos a convicção de que mesmo a educação guiada pelas mais nobres intenções e efetuada nas melhores condições – uma vez que esteja baseada nos princípios errôneos geralmente em vigor – influencia de forma nociva e de múltiplas maneiras o

desenvolvimento natural; se continuamos gozando de boa saúde, apesar de tudo, devemos-lo certamente à nossa constituição psíquica mais robusta, mais resistente. Seja como for, mesmo que não tenhamos adoecido, muitos sofrimentos psíquicos inúteis podem ser atribuídos a princípios educativos impróprios; e, sob o efeito dessa mesma ação nociva, a personalidade de alguns entre nós tornou-se mais ou menos inapta para desfrutar sem inibição dos prazeres naturais da vida. (Ferenczi, 1908/2011, p. 39)

Nesse texto, Ferenczi (1908/2011) discorre sobre as influências da pedagogia no psiquismo infantil, principalmente nas consequências do encontro entre as crianças e os adultos, antecipando algumas de suas principais ideias que foram desenvolvidas a partir de 1928, como apresentamos anteriormente. Para o autor, uma boa educação proporciona o caminho da sublimação, e uma má educação, o recalque. Nesse período, Ferenczi ainda não havia desenvolvido suas ideias sobre a fragmentação, mas já indica quais seriam as possíveis consequências desse tipo de pedagogia que “cultiva a negação das emoções e das ideias” (p.40).

Mas os sentimentos e as ideias assim recalcados, imersos no inconsciente, nem por isso foram suprimidos; no decorrer do processo educativo, eles se multiplicam, se avolumam, aglomeram-se numa espécie de personalidade distinta, enterrada nas profundidades do ser, cujos objetivos, desejos e fantasias estão, em geral, em contradição absoluta com os objetivos e as ideias conscientes. (Ferenczi, 1908/2011, p.40)

Ferenczi aponta, então, que o encontro entre as crianças e os adultos que impõe restrições educativas pode facilitar o surgimento de uma personalidade distinta, uma divisão no psiquismo da criança. Essa ideia, inclusive, será melhor desenvolvida pelo autor na última fase de sua obra, como apresentado anteriormente, com as cisões, fragmentações e adaptações forçadas.

Outro aspecto crucial abordado neste texto é a dimensão da hipocrisia e do desmentido. A partir das práticas pedagógicas, os adultos frequentemente invalidam as ideias e sentimentos das crianças, especialmente aqueles relacionados à sexualidade infantil. Eles distorcem a realidade ao afirmar que as sensações corporais prazerosas são algo negativo, ignorando a experiência prazerosa que a criança vivencia com o próprio corpo. Para o autor, a hipocrisia promove o desconhecimento de si, a partir da desautorização da criança de conhecer sua pulsionalidade. Essa seria a base para adoecimentos sociais e individuais, podendo gerar a construção de um caráter destituído de autenticidade e verdade, reproduzindo uma relação hipócrita consigo e com o mundo (Dean-Gomes, 2019).

O húngaro finaliza o texto com uma importante perspectiva:

O homem que se conhece realmente, além do sentimento exaltante que essa consciência lhe proporciona, torna-se mais modesto. Indulgente para com os defeitos de outrem, está pronto para perdoar; [...] Disseca os motivos de suas emoções e impede assim que elas cresçam até converter-se em paixões. Contempla com um certo humor sereno os diversos agrupamentos humanos acotovelarem-se em obediência e diferentes palavras de ordem e, em seus atos, não é a "moral" altaneiramente proclamada que o guia, mas uma lúcida eficácia; é o que o incita igualmente a dominar entre os seus desejos aqueles cuja satisfação poderia ofender os direitos de outrem [...] e a vigiá-los atentamente, sem negar a existência deles. (Ferenczi, 1908/2011, p.44)

Para o autor, a psicanálise poderia contribuir com a pedagogia ao passo que essa teoria propõe que as emoções e desejos não sejam negados, indo na contramão da proposta hipócrita de educação criticada por ele. Reconhecer as próprias emoções e desejos seria uma forma, inclusive, de não ofender os direitos dos outros.

No contexto de uma experiência traumática, a dimensão da hipocrisia e a mentira estão presentes, pois no mito ferencziano, é a mentira do adulto que desautoriza a experiência de simbolização do trauma ocorrido, deixando a criança a própria sorte. O agressor comporta-se como se nada tivesse acontecido, e aquele que sofreu a agressão também passa a mentir para si mesmo, por não tolerar a solidão engendrada pelo abandono ao qual se viu remetido. (Kupermann, 2019)

A forma que o sujeito encontra para sobreviver as angústias de morte provocadas pela injúria sofrida, como vimos, é através da identificação com o agressor e incorporação da sua culpa. Essa identificação, que promove uma autoclivagem narcísica, divide o psiquismo em uma parte destruída e outra onisciente, mas anestesiada, que passa a desempenhar o papel do pai ou mãe de si mesmo, anulando o abandono sofrido. (Kupermann, 2019)

Assim, por meio de uma progressão traumática, o sujeito amadurece rápido demais e adapta-se ao ambiente através da identificação submissa com o agressor. Isso leva a uma perda da autenticidade, com o objeto estranho sendo incorporado como um superego tirânico não integrado — um fantasma que obriga o sujeito a se submeter de forma masoquista. O masoquismo, por sua vez, implica sempre a busca de uma dor destinada a atenuar uma dor maior. (Kupermann, 2019)

A heterossexualidade compulsória, mantida por um sistema hipócrita que a reforça como norma, propõe uma adaptação aos seus ideais, apontando quais seriam as formas de expressão de sexualidade aceitáveis. Assim, aqueles cujo desejo se distancie da norma podem sofrer diversos tipos de discriminação e encontrar a adaptação como possibilidade de sobrevivência as injúrias sofridas por ser quem se é. A hipocrisia e mentira podem ser nocivas ao psiquismo, e os sujeitos, desmentidos. O descrédito da experiência aparece em diversos ambientes como na família, escola, equipamentos públicos, no meio social em geral que, influenciados pela norma, tornam-se ambientes impossibilitados de ouvir o sofrimento que



pode ser causado pela manutenção dela.

Ferenczi se mostra como um importante autor no campo psicanalítico para contribuir com a temática pois, ele é um crítico da normatividade. Enquanto médico, já criticava a postura daqueles que diagnosticavam rápido demais, sem escutar cuidadosamente os pacientes. Enquanto psicanalista, problematizou questões familiares, sociais e até mesmo o tratamento psicanalítico, mostrando que este não estava imune as tendências normativas (Gondar, 2022).

Com isso, Ferenczi criticou a hipocrisia dos analistas que, ao repetir as normas vigentes da psicanálise com a proposta de neutralidade, reforçavam os atos que traumatizaram muitos dos pacientes que buscavam tratamento. Hoje, podemos citar aqueles que repetem as normas de raça, gênero e sexualidade, ainda com a proposta de neutralidade. “Acreditar-se neutro é embeber-se, em silêncio e sem crítica, das normas sociais de uma época e de suas instituições. Essa frase poderia ser dita tanto por Ferenczi quanto, atualmente, por feministas ou ativistas negros.” (Gondar, 2022, p. 219)

Portanto, é necessário romper o silêncio sobre os jogos de poder, nomeando as normas, pois caso contrário, o poder em jogo é naturalizado. “Trata-se sempre de universalizar um certo modo de relação na qual o polo dominante é tido como geral e neutro, enquanto os outros são considerados particularidades, casos específicos, desvios da norma.” (Gondar, 2022, p.223)

Ainda sobre o estilo de Ferenczi, Gondar (2022) indica que o húngaro se apresenta em toda sua obra como um pensador monista pluralista. Ela cita a sua obra “Thalassa: ensaio sobre a teoria da genitalidade”, onde o autor apresenta uma proposta que, segundo ela, hoje seria considerada como transdisciplinar. Nesse texto, Ferenczi (1924/2019) apresenta uma mitologia bem diferente da de Freud em “Totem e Tabu”. O húngaro, ao demonstrar sua afinidade com o princípio feminino, elabora um mito de origem materna no qual o foco não

está no parricídio ou na castração, mas sim em uma sucessão de catástrofes que impulsionam a vida a se transformar continuamente, ganhando novas configurações e se tornando progressivamente mais complexa.

Ainda sobre a questão da normatividade, Gondar (2022) aponta que:

[...] em todas as atitudes normativas [...] os silêncios sobre os jogos de poder, os dualismos, a unificação dos fragmentos – fica implícita uma concepção universal de subjetividade. É a partir dessa concepção que prescrevemos, sem que isso seja dito, o modo como nossos pacientes deveriam ser ou deveriam viver. Ainda que a psicanálise não possa prescindir de alguma normatividade, como vimos, podemos dizer que Ferenczi seria, entre todos os analistas mais conhecidos, o menos normativo. Ele não apresenta nenhum modelo de saúde; não procura definir posições ou lugares, nem para os pacientes nem para os analistas (já que posições ou lugares também implicam fronteiras); não valoriza a pureza e sim as misturas; não estabelece uma teoria unidirecional de desenvolvimento. Em pleno século XXI, Ferenczi pode nos indicar uma via menos normativa na teoria e na clínica. Trabalhando nessa via, podemos ajudar nossos pacientes, dentro do possível, a criar suas próprias normas, a obedecer a suas próprias formas de vida, e não às nossas ou aos nossos preceitos. (p.230)

#### **4.3 Testemunho e reconhecimento**

Ferenczi desenvolveu suas ideias acerca do traumático como psicanalista, conhecido como aquele que recebia os casos difíceis, indo as últimas com o seu desejo de curar. Como apresentamos, suas ideias, que tratam de relações, podem ser expandidas para outros contextos, como a noção de trauma social. Dessa forma, sua contribuição para a clínica psicanalítica propõe atitudes de cuidado com os pacientes, principalmente os mais traumatizados, que vão na contramão do desmentido.

Com isso, ele traz a noção de empatia, que como Kupermann (2019) comenta:

Na perspectiva ferencziana, ao contrário do que uma leitura apressada poderia sugerir, a empatia não deveria ser confundida com as formas do processo identificatório em Freud (identificação narcísica ou histérica), ou com quaisquer modalidades projetivas. [...] a empatia estaria referida à capacidade do cuidador se deixar afetar pelo sofrimento do doente, e à capacidade de afetá-lo, a partir do sentido produzido pela ressonância estabelecida entre o seu corpo pulsional e o corpo pulsional daquele. O cuidador deveria, assim, operar como o “diapasão” capaz de sintonizar as modulações afetivas do paciente. Dessa maneira, empatia não se resume ao efeito imaginário de se achar que se pode sentir “dentro do outro”, mas de, no encontro clínico, sentir o outro dentro de si, tornar-se outro. (p. 107)

Assim, a proposta ferencziana de empatia pode ser pensada como uma atitude de cuidado frente aquele que se encontra em uma situação vulnerável, seja um paciente em clínica psicanalítica, em um contexto hospitalar, ou nos diversos equipamentos que recebem pessoas em situação de vulnerabilidade. Essa atitude é oposta aquela neutralidade e desafetação criticadas por Ferenczi.

Um outro ponto da teoria ferencziana que propõe atitudes de cuidado é a função do testemunho. A literatura de testemunho e a clínica psicanalítica contribuem mutuamente para a compreensão do efeito terapêutico desse tipo de relato que, sendo endereçado a alguém, pode favorecer a elaboração de vivências traumáticas. Sobre isso, Ferenczi (1934/2011, p.114) apresenta o relato de sonho de uma paciente:

Uma jovem (uma menina?) está deitada no fundo de uma canoa, quase morta, muito pálida. Um homem gigantesco debruça-se sobre ela, esmagando-lhe o rosto. Na canoa, por trás deles, está um homem de pé, um senhor que ela conhece pessoalmente, e a menina tem vergonha de que esse homem seja testemunha do evento. A canoa está

cercada de picos montanhosos extremamente altos e abruptos, de modo que ela não pode ser vista de nenhuma parte, exceto de um aeroplano que voa a uma distância incomensurável.

Gondar & Antonello (2016) comentam sobre a clivagem decorrente de um trauma, que não se divide necessariamente em duas partes, mas em fragmentos. No sonho, isso aparece a partir dos diferentes personagens, e a função de testemunha surge de duas formas: um homem de pé, por trás deles, e a vergonha sentida pela menina, e o aeroplano que voa a uma distância incomensurável. O próprio sonho, para Ferenczi, possui um potencial terapêutico, e há uma tentativa de ocupar esse lugar de testemunho para si mesmo, mas a cena descreve, também, o apelo ao outro, a alguém que está distante da cena, e que possa ocupar o lugar de testemunha.

Por mais que, por causa do mecanismo de clivagem, haja uma tentativa de ocupar esse lugar de terceiro com a própria parte cindida, o sujeito fracassa, sendo necessário, de fato a presença de um outro que possa testemunhar o testemunho e, assim, surge a possibilidade do sujeito de não enfrentar a situação traumática sozinho. Em um processo de análise, a possibilidade de ocupar esse lugar surge para o analista a partir da repetição do trauma que, nesse ambiente, pode se repetir em condições mais favoráveis. Na literatura de testemunho, o leitor aparece como esse terceiro que pode testemunhar o testemunho, pois, é para alguém que se escreve (Gondar & Antonello, 2016).

O teor terapêutico de narrar o trauma vivenciado para um terceiro que ocupe o lugar de testemunha não está apenas no fato de narrar. Aquele que escuta precisa ouvir as narrativas fragmentadas, literais e confusas dos sujeitos traumatizados e acolher sem esperar coerência ou sistematicidade, e que a escuta não seja atravessada por uma suspeita. Esse lugar implica o reconhecimento, sendo este “a necessidade vital que possui todo indivíduo de ser visto, ouvido, aprovado e respeitado pelo seu entorno.” (Gondar & Antonello, 2016, p.19)

Sobre isso, Kupermann (2016) afirma:

O estatuto de testemunhar a dor do paciente, que favorece ao sujeito em sofrimento o processo de elaboração dessa dor e de produção de sentido para experiências que são, na maior parte das vezes, disruptivas e traumáticas. De outro modo, o sujeito sofredor conta com o psicólogo para a expressão do testemunho da sua dor, física e psíquica, e é esse testemunho o que permite que o sofrimento provocado pelo processo de adoecimento, na maior parte das vezes surpreendente para o paciente, não configure uma situação apassivadora e impeditiva de elaboração (p.15)

Reconhecer implica dar crédito ao sujeito que narra o acontecido, validando percepções e sentimentos que, para essas pessoas, pode surgir como uma intensa dúvida de se está ou não exagerando. Assim, é necessária uma postura afetiva pois, para Ferenczi, manter uma atitude fria, sem afeto e puramente intelectual não ajudaria o paciente a acreditar na realidade do evento e, conseqüentemente, em suas próprias percepções (Gondar & Antonello, 2016).

Além disso, Gondar & Antonello (2016) alertam sobre a necessidade de distinguir a questão ética do desmentido do “problema moral das políticas identitárias contemporâneas, que se instituem em torno do reconhecimento de identidades sexuais, étnicas e culturais.” (p.19) Para eles, isso implicaria em reconhecer os sujeitos que narram como vítimas, e a clínica do traumático não pretende reconhecer o que o sujeito é, mas sim naquilo que ele pode ser, em suas potencialidades. “Reconhecer a singularidade de alguém, nesses termos, significa abrir, em um presente congelado pelo traumatismo, suas possibilidades de futuro.” (p.19)

A compreensão da traumatogênese ferencziana e sua dimensão social nos alerta para comportamentos que podem ser nocivos ao psiquismo, sugerindo posturas de cuidado. Ferenczi criticou os psicanalistas que se utilizavam dos princípios da neutralidade e abstinência do método clássico, pois tais atitudes poderiam retraumatizar os pacientes, uma vez que essa frieza poderia ter sido, inclusive, parte da experiência traumática na infância,

como acontece com os hóspedes não bem-vindos (Ferenczi, 1929/2011).

Sua valiosa contribuição à clínica psicanalítica se expande quando pensamos em outros ambientes onde diferentes profissionais ocupam lugares de cuidado, como em serviços de saúde, educação e assistência social. Além do aspecto profissional, também podemos pensar sobre as relações humanas e a insensibilidade frente a dor do outro, que pode resultar no desmentido das experiências de violência vividas por grupos de pessoas, como vimos em relação a homofobia, e que ocorre também com outros grupos que sofrem discriminação, como no caso do racismo.

## **5 HETERONORMATIVIDADE E ADOLESCÊNCIA**

### **5.1 O filme “Close” e a incidência da heteronormatividade nos corpos e subjetividades adolescentes**

Neste capítulo, propomos um exercício reflexivo a partir de *Close*, um filme belga lançado em 2022 e dirigido por Lukas Dhont, para debater sobre os efeitos psíquicos da heterossexualidade compulsória na adolescência. O longa-metragem conta a história de dois adolescentes de 13 anos, Léo e Rémi, ambientada em uma pequena cidade rural da Bélgica. No primeiro momento do filme, é apresentada a relação entre os dois — uma bonita e longa amizade. Quando Léo comunica à mãe que vai dormir na casa de Rémi, ela pergunta: “Alguma vez você vai voltar pra casa?”, e ele responde: “Talvez”.

Durante uma de suas brincadeiras, os dois correm pelos campos floridos onde a família de Léo trabalha. A imagem é muito colorida e bonita; os dois estão felizes e brincando, e eles são tão próximos que a mãe de Rémi chama Léo de “filho do coração”.

Em uma cena, na casa de Rémi, os dois dormem na mesma cama. Rémi, com dificuldade para dormir, escuta do amigo uma fábula que o acalma. A relação de intimidade entre os dois não expressa uma sexualidade genital, talvez se trate do que Ferenczi chamou de linguagem da ternura. Esses momentos de brincadeira e intimidade entre eles parecem acontecer há bastante tempo.

As próximas cenas se passam no ambiente escolar. O filme não deixa claro se os dois garotos mudaram de escola ou apenas de classe, dando a entender que estão retornando das férias. Eles chegam juntos, de bicicleta, por um caminho cercado por uma bonita paisagem. Andam sempre juntos, sentam lado a lado na sala de aula e não poupam demonstrações de carinho e afeto.

Tudo muda quando uma garota pergunta se eles são um casal gay, se estão juntos. Léo se surpreende com a pergunta e responde que não, enquanto a garota demonstra desconfiança

e zomba da situação, comentando que eles estão sempre juntos. Léo rebate, dizendo que ela e a amiga também estão sempre juntas — seriam, então, um casal? A garota nega. Rémi não parece se incomodar com a situação e permanece em silêncio. Leo se incomoda muito.

A partir desse momento, o adolescente começa a se afastar de seu amigo Rémi, evitando qualquer demonstração de carinho, não só em público. Agora, Léo prefere dormir no colchão no chão do quarto do amigo, e não mais dividir a cama. Nessa cena, ao acordar, ele percebe que Rémi desceu para dormir ao seu lado, no colchão, e eles protagonizam uma briga que inicialmente parecia uma brincadeira, mas que não acaba nada bem.

Rémi fica muito triste, e isso se intensifica nas cenas seguintes, quando percebe que Léo não o esperou no ponto de encontro para irem juntos à escola. Léo encontrou novos amigos, passou a se interessar por futebol e hóquei — atividades que se aproximam do que é considerado “heterossexual” e “masculino” pela norma social. Além dos comentários das meninas, Léo também escuta de outros garotos que ele é “bicha” ou “mulherzinha”.

É interessante observar como Léo se distancia de Rémi e busca se envolver em atividades consideradas “masculinas” e “heterossexuais”, justamente após viver essa experiência de insulto. Esse comportamento se aproxima do que Butler (1990/2003) descreve como performatividade: ações repetidas que se tornam normativas e que são vistas como adequadas a partir da compulsoriedade da matriz heterossexual.

Tais injúrias se aproximam do que Eribon (2008) aponta sobre a experiência dos insultos, afirmando que a experiência social gay começaria por aí. São os insultos como “bicha” e “mulherzinha” que, para o autor, marcam a experiência de vulnerabilidade a que pessoas LGBTQIA+ estão expostas. Essa experiência é responsável por moldar a forma como essas pessoas se relacionam com os outros e com o mundo.

A necessidade de performar surgindo depois de situações de injúria se aproxima de uma experiência bem comum as pessoas LGBTQIA+: o armário. Esse termo é utilizado para



se referir as pessoas que não revelaram (ou não se sentem seguras para revelar) seus interesses sexuais ou mesmo sua identidade de gênero, quando se trata de dissidentes. O “esconder-se no armário” é utilizado como uma defesa contra essa hostilidade promovida pela heterossexualidade compulsória.

É importante destacar que o filme não deixa explícito se Léo ou Rémi seriam gays. O longa apresenta a relação carinhosa entre dois adolescentes, dois amigos. Como Léo diz às meninas que comentam sobre a proximidade entre eles: “Somos melhores amigos”. Essa relação, no entanto, se abala profundamente após a experiência dos insultos, e a direção do filme acompanha essa transformação: as imagens tornam-se menos coloridas, os cenários já não são tão bonitos. A temporada das flores, onde a família de Léo trabalha com jardinagem, termina. Já não há mais flores, e um enorme trator passa sobre a terra, levando o que restou. A ruptura entre eles é bem representada visualmente.

Rémi dá outro destino a essa experiência. Enquanto Léo se afasta — ainda que sinta a falta do amigo —, Rémi tenta recuperar a proximidade, chegando a visitá-lo em um jogo de hóquei, mas Léo mantém distância, aproximando-se dos novos amigos. O distanciamento entre eles é tanto que, a partir daí, o filme passa a acompanhar de perto apenas Léo, deixando Rémi literalmente de fora. A narrativa passa, então, a acompanhar as consequências psíquicas dessa situação.

## **5.2 Melancolia de gênero e turbulência adolescente**

Léo se defende dos insultos performando a heteronormatividade e se afastando do amigo, cuja presença poderia torná-lo alvo de mais julgamentos. Rémi, por outro lado, sofre de forma muito silenciosa com esse afastamento. Não houve uma conversa entre eles sobre o que aconteceu. Quando Rémi procurou Léo, este desconversou. Nenhum dos dois conseguiu falar com alguém sobre a situação.

A escola organiza um passeio à praia, e Léo percebe a ausência de Rémi durante a

chamada dos alunos da turma. Ele aproveita o passeio com os colegas e seus novos amigos do hóquei, mas, no retorno à escola, ainda dentro do ônibus, percebe que algo grave aconteceu pois todos os pais estavam à espera dos filhos. Léo é o último a descer, e só o faz quando sua mãe sobe e comunica que Rémi morreu. Ele cometeu suicídio.

O suicídio de Rémi aparece como uma fatal consequência das turbulências vivenciadas pelo adolescente a partir do distanciamento de Leo. Rémi era um garoto sensível e que gostava de tocar Obé. Não se sabe exatamente se houveram tentativas de suicídio anteriores, mas o longa mostra a preocupação de sua mãe quando ele entra no quarto e tranca a porta. Os dois encontram-se em um período da vida conhecido por ser turbulento: a adolescência.

O tema da adolescência não era comumente debatido por Freud durante o desenvolvimento da teoria psicanalítica, sendo o termo raramente encontrado em sua obra. Ele se referia, sobretudo, à puberdade. Naquela época, a adolescência ainda não era reconhecida como uma fase autônoma, como costuma ser compreendida atualmente. Para Le Breton (2017), não há uma cronologia definida para o período da adolescência, pois isso depende da época e da sociedade. Ainda assim, ele aponta que "a adolescência se tornou uma questão social" e que "é difícil chegar a um acordo sobre uma definição precisa a seu respeito" (p. 21).

Freud (1905/2013) caracteriza a puberdade como um "segundo tempo" da sexualidade, sucedendo o primeiro momento vivido na infância, que sofre uma interrupção durante o período de latência. A puberdade marca o retorno e a reconfiguração definitiva da vida sexual, introduzindo mudanças que reorganizam a sexualidade infantil. Nesse estágio, a pulsão, que anteriormente tinha caráter predominantemente autoerótico, passa a se orientar para a busca de um objeto sexual externo, estabelecendo como alvo principal a zona genital, agora centralizadora das diferentes fontes de excitação.

Dessa forma, conforme aponta Freud, a entrada na puberdade implica duas transformações fundamentais: a subordinação das demais fontes de prazer ao primado das zonas genitais e a formação de uma escolha de objeto sexual. A integração plena da vida sexual só é possível quando duas correntes — a ternura, originada da sexualidade infantil, e o desejo sensual — convergem em direção ao objeto. Freud ilustra esse processo com a metáfora da escavação de um túnel, escavado simultaneamente de ambos os lados, até que se encontram no meio (Freud, 1905/2013).

Outro aspecto crucial destacado por Freud é o intenso trabalho psíquico relacionado à separação dos pais. Durante a puberdade, ocorre uma reativação do complexo de Édipo, reacendendo conflitos e fantasias incestuosas que precisam ser elaborados para que o jovem possa investir seu desejo em novos objetos fora do círculo familiar. As pulsões sexuais retornam com grande força, exigindo do adolescente um esforço interno para reorganizar seu mundo psíquico. Nesse contexto de profundas transformações, em que o corpo e a identidade estão em processo de redefinição, o adolescente torna-se especialmente suscetível ao olhar do outro. Essa vulnerabilidade se agrava, pois, além de lidar com as mudanças internas, ele busca ocupar um novo lugar no campo social, para além das referências primeiras da infância.

Apesar da metáfora da escavação do túnel, onde há um encontro entre ambos os lados, Freud também pensa na “impossibilidade de se alcançar um dos ideais da vida sexual – a conjugação de todos os desejos num único objeto” (Freud, 1905/2013, p. 189). Ou seja, a partir da impossibilidade podem surgir desarranjos, onde a puberdade, que parecia ser o “final” do desenvolvimento iniciado na infância, não garante o seu desenvolvimento “normal” ou “completo”, abrindo espaço para a ideia de que a vida sexual pode se configurar de múltiplos modos.

A adolescência é um período da vida conhecido por ser turbulento, um momento de mudança psíquica, um tempo de luto referente a perda da infância, dos pais da infância e do

corpo infantil. Os adolescentes experienciam o aparecimento de um novo corpo, desconhecido e muitas vezes diferente do esperado. Esse é também o período das intensas paixões, onde o amor, sexo, desejo, depressão, ódio, agressões, tudo acontece ao mesmo tempo. Esse período de transição também é marcado pelos movimentos impulsivos através das violentas atuações contra o próprio adolescente ou o seu entorno (Flechner, 2024).

Cassorla (2024) descreve esse momento de turbulência adolescente como uma série de conflitos no pensar e no sentir:

O adolescente [...] ora parece limitado, criativo, vive confuso, descoordenado, tomado por fantasias agressivas e sexuais, briga, se retrai, se masturba, beija e “fica”, tem experiências sexuais genitais e pré-genitais, sente-se atrapalhado, inibido, bloqueado, impulsivo, capaz, e tudo isso pode ocorrer ao mesmo tempo. Ele se assemelha a um atleta que corre desenfreadamente porque não consegue ainda dosar seu fôlego em relação à distância. Corre demais, para quando não devia, ora ajuda os outros, ora maldosamente passa a perna em si mesmo ou nos rivais e depois fica culpado (ou não), pode sair antes do tiro inicial ou pode manipular o tempo para evitar frustrações. Desespera-se quando perde. E, quando ganha, não sabe o que fazer. Poderá sentir-se sem forças, não iniciar a corrida, desistir logo, não mais querer viver e pensar em morrer. Ou trancar-se numa concha, onde pode sobreviver como asceta, ou intelectual, ou revolucionário, ou religioso ou pode tornar-se um morto em vida (p. 15)”

Esse período, onde tudo pode acontecer ao mesmo tempo, como aponta o autor, é fortemente influenciado pelo meio social e familiar, instituições que apresentam as figuras que os adolescentes encontram para identificarem-se positiva ou negativamente. É importante destacar que as questões psíquicas suscitadas durante esse período não se trata de patologias, mas consequências da vivência nesse período entre a infância e vida adulta.

Outro ponto conflituoso durante a adolescência é sexualidade. Como Cassorla (2018)

aponta, as sociedades sempre souberam como reprimir os aspectos de suas juventudes, como a masturbação, por exemplo, sendo muitas vezes considerada como algo culpável, podendo fazer o jovem se sentir desprezível. Não é incomum encontrar livros, ainda hoje, de uma educação sexual que detalham os malefícios da masturbação.

Essa ideia foi debatida por Ferenczi, inclusive, com as manifestações da sexualidade que surgem ainda na infância. Como vimos, seu debate sobre psicanálise e pedagogia apontou que a hipocrisia, a mentira contada durante esse período da vida em relação a sexualidade, pode gerar um distanciamento enorme das crianças com seus pais quando estas descobrem que aquilo era realmente prazeroso, e que lhes contaram uma mentira.

Cassorla (2018) nos diz que:

Um adolescente que não elaborou adequadamente seus conflitos infantis poderá sentir uma necessidade premente de autopunição e castigo, tanto por suas fantasias sexuais como pela masturbação. Fantasias ou desejos sexuais em relação a pessoas proibidas podem surgir em sonhos ou na vigília, exacerbando o sentimento de culpa. Um adolescente normal ultrapassa essas etapas com certa facilidade, mas há os que poderão cair no ascetismo – isto é, na fuga de qualquer prazer -, o que implica um suicídio parcial, ou no suicídio propriamente dito. Em alguns casos, encontramos a mutilação genital ou de órgãos com valor simbólico similar. (p.77).

No período da adolescência, a culpa advinda dessas questões sexuais pode ser ainda mais intensa em homossexuais, principalmente pela sociedade demonstrar aversão a homossexualidade. É válido destacar que existem fantasias homossexuais mesmo naqueles que não necessariamente se tornem gays ou lésbicas de fato, mas que é algo comum quando os jovens entram em contato com a sexualidade (Cassorla, 2018).

No filme *Close*, após o suicídio de Rémi, a escola propõe encontros em grupo para que os adolescentes possam se expressar em referência ao ocorrido. Os adolescentes da turma

comentam sobre suas experiências com o garoto, mas Léo permanece em silêncio, ou demonstrando raiva, quando um colega afirma que Rémi era um garoto que vivia feliz. O adolescente perdeu a relação, um amigo e vive, ao mesmo tempo, a chamada turbulência adolescente.

Como vimos, a adolescência já é por si só um momento de intensa turbulência psíquica, e quando, além disso, o adolescente precisa se confrontar com a compulsoriedade da heterossexualidade — ou seja, a pressão social, familiar e cultural para que seus desejos se alinhem à norma heterossexual — a carga psíquica desse processo se intensifica dramaticamente.

Para adolescentes que não se reconhecem nesse modelo compulsório, o conflito se agrava: além dos lutos próprios da puberdade (como a separação dos pais, a perda do corpo infantil, a necessidade de construir novas identificações), eles enfrentam o medo da rejeição, da exclusão, do insulto e da não aceitação. O olhar do outro, que já é naturalmente agudo nessa fase, torna-se um campo de vigilância ainda mais ameaçador. A possibilidade de "não corresponder" à expectativa social em relação à sexualidade pode gerar culpa, vergonha, sensação de inadequação e isolamento, dificultando ainda mais a formação da identidade e a construção de um desejo próprio.

Não se pode afirmar que Rémi morreu em função do preconceito dos colegas, contudo é inegável a dor provocada pelo afastamento do amigo, experienciado como perda de amor. Apresentamos um recorte do longa-metragem pois ele mostra como não é necessário recorrer a situações de violência mais explícita para demonstrar o quão dolorosos são os efeitos da heteronormatividade. A sutileza das relações, o silenciamento, os olhares e os pequenos gestos de desconforto social vão se acumulando, evidenciando a pressão para que os indivíduos se conformem às expectativas normativas de gênero e sexualidade. A amizade profunda entre os protagonistas é interpretada pelo meio social através de uma lente marcada

por preconceitos, forçando uma ruptura dolorosa que tem consequências devastadoras.

Dessa forma, o filme denuncia como a violência simbólica, aquela que não se manifesta diretamente através de agressões físicas, mas que opera de forma invisível e contínua, pode ser tão ou mais devastadora que formas explícitas de opressão. Close revela a dimensão subjetiva do sofrimento causado pela heteronormatividade, mostrando como ela pode infiltrar-se nas relações mais íntimas e moldar trajetórias de vida desde muito cedo, sem que necessariamente se precise recorrer a grandes cenas de choque ou brutalidade.

Cassorla (2018) aponta que o tema do suicídio é muito complexo pois não há um único fator determinante. Em muitos casos, quando se trata de pessoas com transtornos mentais, por exemplo, há uma ameaça de desintegração psicótica onde o suicídio surge como uma fuga de um sofrimento que pode ser muito intenso. Nesses casos, é como se o suicídio surgisse como a única opção viável. Ele alerta que o suicida não estaria procurando a morte, mas fugindo de algo aterrorizante.

Sobre as perdas, o autor aponta:

Aqui, devemos lembrar que a tristeza é a reação normal diante de uma perda. Podemos perder um ente querido que faleceu: podemos perder um amigo que se mudou para longe ou nos decepcionou; podemos perder um emprego ou uma oportunidade. A perda pode ser de um bem, de um encontro, de um amor ou de algo que não tínhamos, mas que desejávamos e agora sabemos que será impossível obter. Inicialmente, nossa mente investe o bem ou pessoa querido de importância, constituindo uma ligação emocional com ele. Quando ocorre a perda, principalmente se for brusca, essa ligação ou esse investimento tem de se desfazer, o que trará sofrimento ao indivíduo, que não sabe o que fazer com essa energia livre. É como se, por muito tempo, vivêssemos num mundo constituído de determinada forma e de repente ele mudasse, deixando-nos desorientados. Ou, em outra analogia, é como se caminhássemos emocionalmente

contando com determinadas estruturas, e uma delas, mais ou menos importante, faltasse. O resultado será um desequilíbrio, uma ameaça de queda, até que possamos nos reequilibrar com as estruturas restantes, readaptá-las em seu funcionamento e/ou encontrar outras que substituam a perda, de modo que, logo após a perda, o melhor é ficar parado para não cair. (Cassorla, 2018, p.77).

A partir das situações de perda, os desdobramentos psíquicos podem ser diversos, variando entre a vivência de um luto considerado "normal" e a de um luto patológico que, como veremos a seguir, pode se transformar em melancolia.

Em relação ao tema escola e suicídio, Freud (1910/1974) publicou um pequeno texto referente a sua ida a uma escola para debater o tema do suicídio. No texto “Introdução e conclusão de um debate sobre o suicídio”, ele aponta que o ambiente escolar deveria “fazer mais do que deixar de impelir os jovens para o suicídio; deve lhes dar vontade de viver e lhes proporcionar apoio e esteio” (p.305), pois eles estariam em um momento da vida em que a escola substitui a família. Ele ainda aponta que a escola não deve esquecer que está lidando com pessoas imaturas, em desenvolvimento. Como conclusão, Freud compreende que não se esgotou sobre o assunto, e indica a sua pesquisa – ainda em andamento – sobre as diferenças entre o luto e a melancolia.

Ferenczi também debateu sobre o tema da educação, como apresentamos, e se interessou pelo tema antes mesmo de sua experiência com a psicanálise, ainda enquanto médico. Sobre o suicídio, ele (Ferenczi, 1929/2011) aponta em seu texto “A criança mal acolhida e sua pulsão de morte” que “crianças acolhidas com rudeza e sem carinho, morrem facilmente e de bom grado” (p.58). Para o autor, a forma como a criança é acolhida em sua infância determina a possibilidade de criação de defesas contra a pulsão de morte. Nesse sentido, os menores acontecimentos no decorrer da vida podem suscitar desejos de morrer, pessimismo moral e dificuldade de confiar.



Ferenczi (1929/2011) percebeu que, para tratar esses pacientes em sua clínica psicanalítica, ele precisava rever o método que utilizava durante os atendimentos. Ele reduziu exigências do método analítico, deixando os pacientes pudessem, durante algum tempo, agir como crianças. O húngaro aponta, que:

Por esse *laissez-faire* permite-se a tais pacientes desfrutar pela primeira vez a irresponsabilidade da infância, o que equivale a introduzir impulsos positivos de vida e razões para se continuar existindo. Somente mais tarde é que se pode abordar, com prudência, essas exigências de frustração, que, por outro lado, caracterizam as nossas análises. Mas essa análise, como toda e qualquer outra análise, também deve terminar pela eliminação das resistências que inevitavelmente desperta, e pela adaptação a realidade rica em frustrações, mas completada também – devemo-lo esperar – pela faculdade de desfrutar a felicidade onde ela realmente for oferecida. (Ferenczi, 1929/2011, p.60)

Ou seja, ele propõe uma adaptação ao método psicanalítico, como fez em “Elasticidade da técnica psicanalítica” (Ferenczi, 1928/2011) para que este possa servir no tratamento dessas pessoas, pois a adaptação que era exigida dos pacientes de adequarem-se a técnica não estava obtendo sucesso nesses casos. É válido destacar a ideia de introduzir impulsos de vida em pessoas que necessitam, pois isso propõe uma clínica da vitalização.

É importante esclarecer que o longa-metragem não conta a história do início da vida de Rémi, e que, como apresentamos anteriormente, a ideia de Ferenczi é baseada em seus achados clínicos, a partir da sua experiência com alguns pacientes que foram “hóspedes não bem-vindos” na família. Mas seu pensamento aponta para um caminho relevante: o papel dos cuidados ambientais na constituição psíquica dos sujeitos e como, a depender desses cuidados – ou melhor, da ausência deles – os indivíduos podem “morrer de bom grado”.

Freud (2011a), durante a sua fala sobre o suicídio em uma escola, aponta para ideias

que serão desenvolvidas posteriormente no trabalho sobre “Luto e melancolia”, de 1917. Nesse estudo, o autor diferencia o luto da melancolia, sendo o primeiro considerado uma reação à perda de um ente querido ou de algo valorizado, mas vivido de uma maneira não patológica. A melancolia seria uma reação patológica a essa experiência de perda.

De modo geral, uma vez que o objeto não existe mais, o processo de luto exige que toda libido seja retirada de suas ligações com aquele objeto. Na melancolia também há perda de objeto, mas este encontra-se distante da consciência, está inconsciente. No luto há um processo considerado “normal”, que é caracterizado por um intenso sofrimento, desânimo, desinteresse pelo mundo externo, mas que, após concluído o trabalho, o ego fica livre. Enquanto no luto é o mundo que se torna pobre, vazio e desinteressante, na melancolia é o próprio ego do sujeito. (Freud, 1917/2011a)

Na melancolia, segundo Freud (1917/2011a), o ego do sujeito se vê desvalorizado, sentindo-se inútil, incapaz de realizar qualquer coisa, moralmente reprovável e digno de punição e expulsão. Esse estado mental se expressa por um "delírio de inferioridade", que costuma vir acompanhado por sintomas como a recusa em se alimentar e a insônia — sinais de que o instinto vital, responsável por manter o ser vivo apegado à vida, foi superado. O que acontece, então, é uma espécie de recolhimento da libido ao próprio ego. Nesse movimento, o sujeito se identifica com o objeto perdido, como se a ausência deste lançasse sua sombra sobre o ego. Essa fusão simbólica entre ego e objeto perdido provoca uma sensação de perda do próprio eu.

Essa perda indica, para o autor, uma fixação intensa ao objeto e uma ligação emocional que não se desprende com facilidade, revelando que a escolha do objeto teve uma base narcísica. Diante da impossibilidade de superar essa perda, o investimento libidinal que antes era dirigido ao objeto retorna ao ego. O amor que havia no objeto, portanto, é transformado numa identificação narcísica: o ego se torna o lugar onde o objeto habita. Isso

permite que o sujeito, ao se atacar, esteja na verdade atacando o objeto com o qual se identificou. A grande diferença entre a melancolia e o luto está justamente nesse ponto — enquanto no luto há uma separação clara entre o sujeito e o objeto perdido, na melancolia essa distinção se apaga, e o sofrimento torna-se autodirigido (Freud, 1917/2011a).

Para Pinheiro (1993), é possível aproximar as ideias de Freud sobre melancolia com a teoria do trauma de Ferenczi. Segundo a autora, se pensarmos na teoria do trauma sob a ótica da metapsicologia da melancolia, “podemos dizer que a identificação com o agressor em nada difere da descrição da identificação melancólica” (p.54). Uma outra aproximação é em relação ao mecanismo de clivagem, que é descrito por Freud na melancolia, onde o campo egóico é separado em duas partes que se ignoram, não se comunicam e, incapacitadas de influenciar uma a outra, não se afetam. Isso também ocorre na clivagem que Ferenczi descreve como estabelecida pela identificação com o agressor, onde as partes não se comunicam por uma diferença de linguagem.

Pinheiro (1993) também comenta que, em Ferenczi, fica evidente a fragilidade narcísica do sujeito traumatizado, pois “é a própria organização da couraça narcísica que se vê desmantelada com a identificação com o agressor” (p.54) em uma situação de trauma desestruturante. A autora também apresenta as contribuições de Abraham e Torok sobre o tema, estabelecendo uma diferença entre as identificações melancólica e com o agressor, de outros mecanismos de identificação. Essa identificação melancólica/com o agressor ocorre, justamente, pela impossibilidade de introjeção, se tornando o que Abraham e Torok chamam de incorporação.

Uma outra autora que comenta sobre as ideias de Abraham e Torok é Butler (1990/2003) que pensa a incorporação na perspectiva de uma melancolia do gênero. A autora propõe uma leitura da ideia freudiana sobre luto e melancolia, para pensar a “negação/preservação melancólica da homossexualidade na produção do gênero no interior da

estrutura heterossexual” (p.107).

Butler (1990/2003) parte da noção freudiana do luto como estrutura incipiente da formação do eu onde, a partir da perda do objeto amado, “o eu incorpora esse outro na própria estrutura, assumindo atributos do outro e “preservando-o” por meio de atos mágicos de imitação” (p.107). Essa perda seria superada a partir da identificação, que se torna uma nova estrutura na identidade, onde o outro se torna parte do eu a partir da internalização de seus atributos. Esse processo se torna, para Freud, essencial para a formação do eu e na escolha objetual.

A partir de sua leitura sobre a obra “O eu e o id” de Freud, Butler (2003) reconhece que, para Freud, o mecanismo melancólico é fundamental para a constituição do eu. Ele aponta que o objeto perdido reinstaurado no eu é substituído por uma identificação que contribui para a construção do “caráter”. A partir disso Butler (2003) identifica que não se trata apenas de uma construção de caráter mas, também, “a aquisição de uma identidade de gênero” (p.108) com base na consideração de que o tabu do incesto pressupõe a perda de um objeto. A autora aponta que Freud estaria sugerindo que “a estratégia da internalização da melancolia não se opõe ao trabalho de luto, mas pode ser o único caminho em que o eu pode sobreviver à perda de seus laços afetivos” (p.108)

Para Butler (1990/2003), inspirada nas ideias de Gayle Rubin antes do tabu do incesto, existe o tabu da homossexualidade. Continuando sua leitura dos escritos freudianos, a autora problematiza a lógica do complexo de Édipo que aponta a repressão da homossexualidade como fundamento para a constituição plena do sujeito, propondo uma identificação com o pai e a inserção da norma heterossexual. É válido destacar que Butler não discorre sobre a teoria do Édipo invertido.

Portanto, a autora propõe que o desejo homossexual é fundante, e que a sua proibição está na estrutura dos sujeitos. Embora proibido e negado, esse desejo permanece como uma

ausência ativa, uma presença silenciosa que sustenta a própria norma heterossexual. A heterossexualidade, portanto, não se apresenta como uma expressão natural, mas como um sistema regulatório que depende da exclusão da homossexualidade para se afirmar. Nesse sentido, o tabu da homossexualidade revela-se como um mecanismo de controle, que ao mesmo tempo nega e depende daquilo que exclui para produzir sujeitos coerentes com a norma de gênero (Butler, 1990/2003).

A proibição desse desejo propõe uma renúncia que não é voluntária, mas imposta por uma estrutura social. Não é comum ouvir de pais que desejam que seus filhos expressem desejos homossexuais, mas é comum ouvir que muitos possuem expectativas de que os filhos desenvolvam comportamentos e relações baseadas na norma heterossexual – como eles mesmo foram.

Butler (1990/2003) diz que:

Quando certos tipos de perda são impostos por um conjunto de proibições culturalmente predominantes, podemos esperar uma forma de melancolia culturalmente predominante que sinaliza a internalização do investimento homossexual não pranteado e pranteado. Quando não há reconhecimento ou discursos públicos que possam nomear e promover o luto dessa perda, a melancolia assume dimensões culturais de consequência imediata. (p.148).

Portanto, a melancolia de gênero tem origem na perda de um objeto de amor que não pode ser publicamente reconhecido ou legitimado. Como o desejo homossexual é interditado desde cedo, o sujeito se identifica com o objeto perdido (ou seja, com aquilo que foi forçado a renunciar) e incorpora essa perda no próprio ego. O resultado é uma identidade de gênero marcada pela ausência, pela perda e pelo luto não elaborado — uma espécie de dor silenciosa que constitui o próprio sujeito (Butler, 1990/2003).

Assim, para Butler (1990/2003), o tabu da homossexualidade gera uma melancolia

estrutural, pois a identidade heterossexual só se forma mediante a exclusão de possibilidades afetivas e eróticas que não se enquadram na norma. A melancolia de gênero, portanto, é o efeito psíquico dessa exclusão: um luto sem nome por desejos que nunca puderam ser vividos. Para Butler, essa é uma das formas pelas quais a normatividade de gênero produz sofrimento ao mesmo tempo em que cria sujeitos.

É importante destacar que as ideias de Butler não partem de uma experiência com clínica psicanalítica, mas de uma interlocução entre psicanálise e cultura, e que a sua proposta de melancolia de gênero não é vista como universal.

Ainda sobre a perspectiva de melancolização do gênero, Butler (1990/2003) aponta mais tarde em seus textos que pela ideia de que a perda do objeto amoroso homossexual não ter sido “resolvida”, é possível pensar a partir da forclusão, onde os vínculos que devem ser repudiados para que o sujeito se torne sujeito, nunca podem ser totalmente repudiados. Eles seguem a lógica do nunca-jamais: “‘Eu nunca a amei, jamais a perdi’ proferida pela mulher, e ‘Eu nunca o amei, jamais o perdi’ proferida pelo homem” (p. 147).

Butler (1990/2003) argumenta que, com base nessas noções, o gênero masculino se constrói a partir da rejeição da feminilidade, o que está diretamente ligado à normatização da heterossexualidade. Por ser algo negado, o sujeito masculino sente a necessidade de reforçar constantemente a distinção entre ele e o feminino. Assim, a maneira como a renúncia aos vínculos homoafetivos é experienciada influenciará se essa identidade de gênero será vivida de forma mais rígida ou com maior flexibilidade.

Quanto mais rigorosa e estável é a finidade de gênero, menos resolvida é a perda original, de modo que as rígidas fronteiras de gênero agem inevitavelmente no sentido de ocultar a perda de um objeto amoroso original, o qual, não reconhecido, não pode se resolver. (Butler, 1990/2003, p.116).

A autora comenta que a “homossexualidade masculina renegada culmina numa

masculinidade acentuada ou consolidada, que mantém o feminino como impensável e inominável” (Butler, 1990/2003, p.126), e essas afirmações podem ser úteis para a reflexão acerca da violência homofóbica e contra a mulher.

A melancolização do gênero promovida pela proibição da homossexualidade atinge Rémi e Léo de formas distintas, propondo uma maneira singular de reagir e lidar com uma situação que os coloca em um lugar de abjeto, como acontece com a maioria dos meninos que se expressam de uma maneira identificada como fora da norma heterossexual.

Léo caminha, em um primeiro momento, pelo que a norma determina como mais “seguro” para uma performatividade enquanto adolescente, afinal, sua relação de carinho com o amigo foi completamente reprovada. Em um segundo momento, parece que a agressividade do esporte trabalha em seu processo de luto. E é somente quando quebra o braço, e recebe os devidos cuidados médicos, que ele consegue chorar. O choro não era por conta da dor física, mas do atravessamento do luto.

Rémi, por outro lado, ficou sozinho. Aparentemente sem compreender exatamente o que houve – pois os dois sentiram e reagiram de maneiras distintas, e sem dialogar sobre o ocorrido – ele permaneceu isolado, sofrendo profundamente pela perda do amigo. A ruptura repentina da amizade, somada à ausência de espaços de escuta e acolhimento, parece ter intensificado um sofrimento silencioso, que se desenvolveu de forma solitária e invisível aos adultos ao redor. Como apontamos, não se pode afirmar que o suicídio do garoto se deu exclusivamente em função da imposição da norma heterossexual, pois os fatores que conduzem a esse desfecho são múltiplos, complexos e atravessados por uma série de determinantes subjetivos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como ponto de partida o desejo de compreender os impactos da homofobia a partir da teoria do trauma de Sándor Ferenczi, em sua dimensão social. Partimos da hipótese de que essa teoria, em diálogo com os estudos sociais e de gênero, pode oferecer pistas importantes para uma escuta mais sensível aos efeitos da violência que incide sobre sujeitos LGBTQIA+. Ao longo do trabalho, buscamos construir uma abordagem que se abra à complexidade dos atravessamentos sociais que marcam a experiência do trauma.

Nos três capítulos que compõem este percurso, articulamos diferentes camadas de análise. O primeiro se debruçou sobre a construção social da homossexualidade e a forma como a heteronormatividade atua como uma engrenagem que sustenta práticas homofóbicas cotidianas. Retomamos também os escritos de Ferenczi sobre a homossexualidade, situando-os em seu contexto histórico e problematizando como os psicanalistas podem, se não considerarem as relações de poder, deixar de fora aspectos importantes na experiência de sofrimento dessas pessoas. Destacamos, nesse ponto, a importância de uma psicanálise aberta ao diálogo com os saberes contemporâneos, em especial com a teoria queer, para que possa sustentar uma escuta verdadeiramente ética.

No segundo capítulo, nos aprofundamos na teoria do trauma de Ferenczi, com especial atenção às possibilidades de leitura dessa teoria em uma dimensão social. Defendemos que a homofobia, enquanto prática estrutural e institucionalizada, produz desmentidos na experiência de vida de pessoas que se distanciam da heteronormatividade. Ferenczi, ao dar centralidade à escuta do sofrimento do paciente e à sua posição de vulnerabilidade, nos ajuda a pensar uma clínica que não recuse o sofrimento social, mas que o acolha como parte da experiência subjetiva.

No terceiro capítulo, utilizamos o filme *Close* (2022) como uma ferramenta para provocar reflexões sobre a heterossexualidade compulsória e seus efeitos na adolescência.



Não se tratou de uma análise filmica no sentido estrito, mas de uma inspiração estética e afetiva para pensar como os afetos entre meninos podem ser monitorados, censurados e interrompidos por olhares reguladores que impõem um modelo único de sexualidade e masculinidade. A narrativa do filme nos permitiu pensar como se dá a inscrição da homofobia na vida cotidiana, especialmente na formação de jovens que experimentam vínculos fora do padrão esperado.

Ao fim deste percurso, é possível afirmar que o sofrimento gerado pela homofobia não pode ser reduzido a uma leitura intrapsíquica. A escuta clínica, nesse contexto, precisa estar atenta aos efeitos dos desmentidos sociais nos corpos e subjetividades daqueles que fogem da norma. A teoria de Ferenczi, ao valorizar o reconhecimento da dor do outro, oferece caminhos potentes para pensar uma clínica que não retraumatiza as pessoas que procuram por alguém que possa testemunhar a sua dor.

Além disso, as contribuições ferenczianas propõe uma ética do cuidado, que pode ser pensada em diferentes ambientes onde pessoas ocupam lugares de cuidado como em serviços como saúde, educação e assistência social. Para além da dimensão profissional, é importante considerar também as relações humanas e a forma como a insensibilidade diante do sofrimento alheio podem contribuir para o desmentido das experiências de violência vividas por determinados grupos sociais.

Reconhecemos, no entanto, que esta pesquisa possui limitações. Por se tratar de uma construção teórica, não nos foi possível incluir relatos de experiências clínicas que poderiam enriquecer ainda mais a reflexão. Apesar disso, acreditamos que o trabalho abre espaço para futuras investigações que articulem um diálogo entre psicanálise, teoria *queer* e escuta clínica de sujeitos LGBTQIA+, especialmente adolescentes e jovens que enfrentam o peso da normatividade desde cedo.

Além disso, a pesquisa reforça a importância de uma psicanálise que se reconheça implicada nos contextos sociais em que atua. Ferenczi, ao tecer críticas a hipocrisia na educação, na família e na atuação dos analistas – ou seja, aqueles que fazem parte de um campo social que, como vimos, é estruturalmente heterocentrado – nos convida a pensar uma prática que seja, ao mesmo tempo, clínica e política, pois o sofrimento psíquico é atravessado pelas relações de poder.

Esperamos que esta dissertação contribua para ampliar os debates sobre o papel da psicanálise na escuta das subjetividades dissidentes e que incentive outros trabalhos que se dediquem a esse campo ainda em expansão. Em tempos em que discursos de ódio e exclusão ganham espaço, é urgente que a psicanálise se posicione como campo crítico, ético e comprometido com a transformação.

## REFERÊNCIAS

- Almeida Filho, N. de (2005). Transdisciplinaridade e o paradigma pós-disciplinar na saúde. *Saúde e Sociedade, 14*(3), 30-50.
- Borillo, D. (2010) *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Autêntica.
- Bulamah, L. (2020). *História de uma regra não escrita: a proscrição da homossexualidade masculina no movimento psicanalítico*. Zagodoni.
- Butler, J. (2003) *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. (R. Aguiar, Trad.; 22ª ed.). Civilização Brasileira. (Originalmente publicado em 1990).
- Cassorla, R. (2018). *Suicídio: fatores inconscientes e aspectos socioculturais: uma introdução*. Blucher.
- Cassorla, R. (2024). Introdução – O psicanalista e seu paciente adolescente. In: R. Cassorla (Org.). *A turbulência adolescente: estudos psicanalíticos*. Blucher
- Costa, J. F. (1992) *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Relume-Dumará.
- Costa, J.F. (2002). *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Relume-Dumará.
- Dametto, J., & Schmidt, J. C. (2015). Entre conceitos e preconceitos: A patologização da homossexualidade em *Psychopathia Sexualis* de Richard von Krafft-Ebing. *Perspectiva, 39*(148), 111–121.
- Dean-Gomes, G. (2019) *Budapeste, Viena e Wiesbaden: O percurso do pensamento clínico-teórico de Sándor Ferenczi*. Blucher.
- Enriquez, E. (2005). Psicanálise e Ciências Sociais. *Agora, 8*(2), 153-174.
- Eribon, D. (2008). *Reflexões sobre a questão gay* (M. S. Fonseca, Trad.). Companhia de Freud. (Obra original publicada em 1999).

Ferenczi, S. (2011) A adaptação da família à criança. In: S. Ferenczi. *Psicanálise IV*. (2ª ed.). Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1928a).

Ferenczi, S. (2019). *Thalassa: ensaio sobre a teoria da genitalidade*. Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1924).

Ferenczi, S. (2011) A criança mal acolhida e sua pulsão de morte. In: S. Ferenczi. *Psicanálise IV*. (A. Cabral, Trad.; 2ª ed.). Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1929).

Ferenczi, S. (2011) A elasticidade da técnica psicanalítica. In: S. Ferenczi. *Psicanálise IV* (A. Cabral, Trad.; 2ª ed.). Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1928b).

Ferenczi, S. (2011). Do alcance da ejaculação precoce. In: S. Ferenczi, *Obras completas: Psicanálise I*. (A. Cabral, Trad.). Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1908).

Ferenczi, S. (2011) Análise de crianças com adultos. In: S. Ferenczi. *Psicanálise IV*. (A. Cabrail, Trad.; 2ª ed.). Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1931)

Ferenczi, S. (2011) Confusão de línguas entre os adultos e a criança. In: S. Ferenczi. *Psicanálise IV*. (2ª ed.). Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1933)

Ferenczi, S. (2011) Reflexões sobre o trauma. In: S. Ferenczi. *Psicanálise IV*. (2ª ed.). Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1934).

Ferenczi, S. (2011). O papel da homossexualidade na patogênese da Paranóia. In: S. Ferenczi. *Psicanálise I*. (2ª ed.). Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1911)

Ferenczi, S. (2024) Homossexualidade feminina. In: S. Ferenczi. *Ferenczi rumo à psicanálise: escritos pré-analíticos (1897-1908)*. INM Editora. (Originalmente publicado em 1902)

Ferenczi, S. (2011). Confusão de Língua entre os Adultos e a Criança (A linguagem da ternura e da paixão). In: *Obras Completas: Psicanálise IV*. Martins Fontes. (Original publicado em 1933[1932]).

Flechner, S. (2024). A superposição de lutos na adolescência: fatores para tentativas de suicídio.

In: R. Cassorla (Org.). *A turbulência adolescente: estudos psicanalíticos*. Blucher

Foucault, M. (1976/2022). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Paz e Terra. (Original publicado em 1976).

Foucault, M. (1984/2022). *História da sexualidade II: O uso dos prazeres*. Paz e Terra. (Original publicado em 1984).

Foucault, M. (1976). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. (M. T . C. Albuquerque & J. A. Guilhon). Graal.

Freud, S. (2013). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Obras completas*. (P.C. Souza, Trad.). Imago. (Publicado originalmente em 1905).

Freud, S. (1974). Contribuições para uma discussão acerca do suicídio. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 11, pp. 217-218). Imago. (Trabalho original publicado em 1910)

Freud, S. (1969). Deve a psicanálise ser ensinada na universidade? In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad., vol. 17, pp. 217-219). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1919)

Freud, S. (2011a). Luto e Melancolia. In: S. Freud. *Obras Completas*. (v. 12; pp. 170-194). Companhia das Letras. (Texto original publicado em 1917)

Freud, S. (2011). O Eu e o Id. In: S. Freud, *Obras Completas*. (v.16; pp. 13-74). Companhia das Letras. (Texto original publicado em 1923)

Gondar, J (2022). Ferenczi com Paul Preciado. Por uma psicanálise minoritária. In: E.S. Reis, e J. Gondar (Org.). *Com Ferenczi: o coletivo na clínica: racismo, fragmentações, trânsitos*. Zagodoni.

- Gondar, J. (2012). Ferenczi como pensador político. *Cadernos de Psicanálise*, 34(27), 193-210.
- Gondar, J., & Antonello, D. (2016). O analista como testemunha. *Dossiês: Psicol. USP*, 27(1), 87-98.
- Knudsen, P. P. P. da S. (2010). Conversando sobre psicanálise: Entrevista com Judith Butler. *Ponto de Vista: Revista Estudos Feministas*, 18(1), 97-112.
- Kupermann, D. (2019) *Por que Ferenczi?* (2ª ed.). Zedogoni.
- Le Breton, D. (2017) *Uma breve história da adolescência*. (B. S. de Albuquerque & A. M. C. Guerra, Trad.). PUC.
- Pinheiro, T. (1993). Trauma e melancolia. *Percurso*, 10(1), 50-55.
- Pinheiro, T. (1995) *Ferenczi do grito a palavra*. UFRJ Editora.
- Pinheiro, T. (1995). *Do grito a palavra*. Jorge Zahar.
- Pires, E. C. R. (2005). *Oscar Wilde: a tragicidade da vida de um escritor*. Instituto Politécnico de Bragança.
- Prado, M. (2010). Homofobia: Muitos fenômenos sob o mesmo nome. In: D. Borillo. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Autêntica.
- Preciado, B. (2011). Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Estudos Feministas*, 19(1), 11-20.
- Preciado, B. (2020) *Um apartamento em Urano: Crônicas da travessia*. Zahar.
- Preciado, B. (2022) *Eu sou o monstro que vos fala: Relatório para uma academia de psicanalistas*. Zahar.
- Preciado, B. (2019). Quem defende a criança queer? *Jangada: Crítica / Literatura / Artes*, 1(1), 96-99.

- Preciado, B. (2022b) *Manifesto contrassexual: Práticas subversivas de identidade sexual*. Zahar.
- Rank, O. (2016). *O trauma do nascimento: e seu significado para a psicanálise*. (E. G. de Castro, Trad.). Cienbook.
- Reis, E.S. (2017). Com Ferenczi: clínica, subjetivação, política. 7 Letras.
- Reitter, J. N. (2021). *Édipo gay: Heteronormatividade e psicanálise*. Zagoboni.
- Rosa, M. D. (2004) A pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 4(2), 329-348.
- Rosa, M. D. (2013) Psicanálise implicada vicissitudes das práticas clinicopolíticas. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 41, 29-40.
- Sales, J. L., Oliveira, R. H. de, & Pacheco-Ferreira, F. (2016). Clivagem: a noção de trauma desestruturante em Ferenczi. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 68(2), 60-70.
- Sampaio, C. P. (2006). Algumas idéias sobre pesquisa em psicanálise. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 243-255.
- Spencer, C. *Homossexualidade: uma história*. Record, 1999.
- Wittig, M. (2022). *O pensamento hétero* (A. C. Lacerda, Trad.). Ubu. (Obra original publicada em 1978)